



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 108, DE 2012 (nº 530/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MARCELA MARIA NICODEMOS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda e à República do Burundi.

Os méritos da Senhora Marcela Maria Nicodemos que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de dezembro de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma caligrafia fluida e elegante.

Brasília, 12 de setembro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARCELA MARIA NICODEMOS**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda e à República do Burundi.

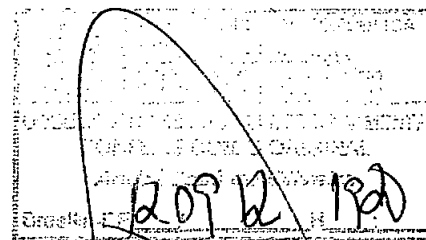
2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCELA MARIA NICODEMOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

EM nº 00287/2012 MRE



Brasília, 12 de Setembro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARCELA MARIA NICODEMOS**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda e à República do Burundi.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCELA MARIA NICODEMOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE MARCELA MARIA NICODEMOS

CPF.: 145.453.731-00

ID.: 6531 MRE

1953 Filha de Wilson Nicodemos e Nelinda Teixeira, nasce em 31 de janeiro, em Petrópolis/RJ

Dados Acadêmicos:

1976 CPCD - IRBr
1978 Direito pela Associação de Ensino Universitário do Distrito Federal, Brasília
1982 CAD – IRBr
2005 CAE - IRBr, As Nações Unidas e a Promoção do Direito da Mulher: Retórica ou Realidade?

Cargos:

1977 Terceira-Secretária
1979 Segunda-Secretária
1987 Primeira-Secretária
1995 Conselheira
2005 Ministra de Segunda Classe
2012 Ministra de Primeira Classe

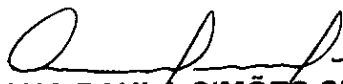
Funções:

1977-80 Divisão da Organização dos Estados Americanos, Assistente
1980-85 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, Assistente
1985-88 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Adjunto e Chefe do Setor de Promoção Comercial
1988-91 Embaixada na Guatemala, Primeira Secretária e Encarregada de Negócios
1989 XXV Assembléia do Grupo de Países Latino-americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA), Guatemala, Chefe de Delegação
1991-94 Embaixada em Manágua, Conselheira comissionada e Encarregada de Negócios
1994-95 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, Chefe, substituta
1995-97 Divisão das Nações Unidas, Chefe, substituta
1996 40ª a 45ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Situação da Mulher (CSW), Nova York, Chefe de delegação (1996 a 2001)
1996 I Reunião do GT *ad hoc* da CSW encarregado da elaboração de um Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), Nova York, Chefe de Delegação
1996 Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), Delegada Chefe
1996 XXIX Assembléia de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres, Washington, D.C., Chefe de delegação
1997 Divisão de Temas Sociais, Chefe
1997-01 Missão junto à ONU, Nova York, Conselheira
1998 II e III Reunião do Grupo de Trabalho *ad hoc* da CSW encarregado da elaboração de um Protocolo Facultativo à CEDAW, Nova York, Chefe de delegação (1998 e 1999)
2001-04 Embaixada no Panamá, Conselheira e Encarregada de Negócios
2004-06 Consulado-Geral em Montreal, Cônsul-Geral Adjunto
2005 Reunião Intersessional do Grupo Técnico *ad hoc* de Peritos sobre Revisão da Implementação do Programa de Trabalho sobre Florestas da Convenção sobre Diversidade Biológica, Montreal, Canadá, Representante do Brasil
2005 45a. Reunião do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal, Montreal, Canadá, Chefe de Delegação
2005 25ª Reunião do Grupo de Trabalho Aberto e 2ª Reunião Extraordinária dos Estados Partes do Protocolo de Montreal, Montreal, Canadá, Chefe de Delegação
2005 46ª Reunião do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de

- Montreal, Montreal, Canadá, Chefe de Delegação
- 2005 3ª Reunião do Grupo Técnico ad hoc de peritos sobre Revisão da Implementação do Programa de Trabalho sobre Florestas da Convenção sobre Diversidade Biológica, Bonn, Alemanha, Representante do Brasil
- 2005 1ª Reunião do Grupo ad hoc sobre Revisão da Implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica, Montreal, Canadá, Chefe de Delegação
- 2005 Reunião do Grupo de Peritos Técnico e Legal sobre Responsabilidade e Reparação no contexto do artigo 14(2) da Convenção sobre Diversidade Biológica, Montreal, Canadá, Representante do Brasil
- 2005 47ª Reunião do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal, Montreal, Canadá, Chefe de Delegação
- 2006 2ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Responsabilidade e Reparação no contexto do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, Montreal, Canadá, Representante do Brasil
- 2006-09 Embaixada em Lima, Ministra-Conselheira e Encarregada de Negócios
- 2009 Embaixada em Ierevan, Embaixadora

Condecorações:

- 2001 Ordem do Rio Branco, Comendador
- 2007 Medalha do Pacificador, Brasil
- 2008 Medalha Mérito Santos-Dumont, Brasil
- 2008 Medalha Amigo da Marinha, Brasil

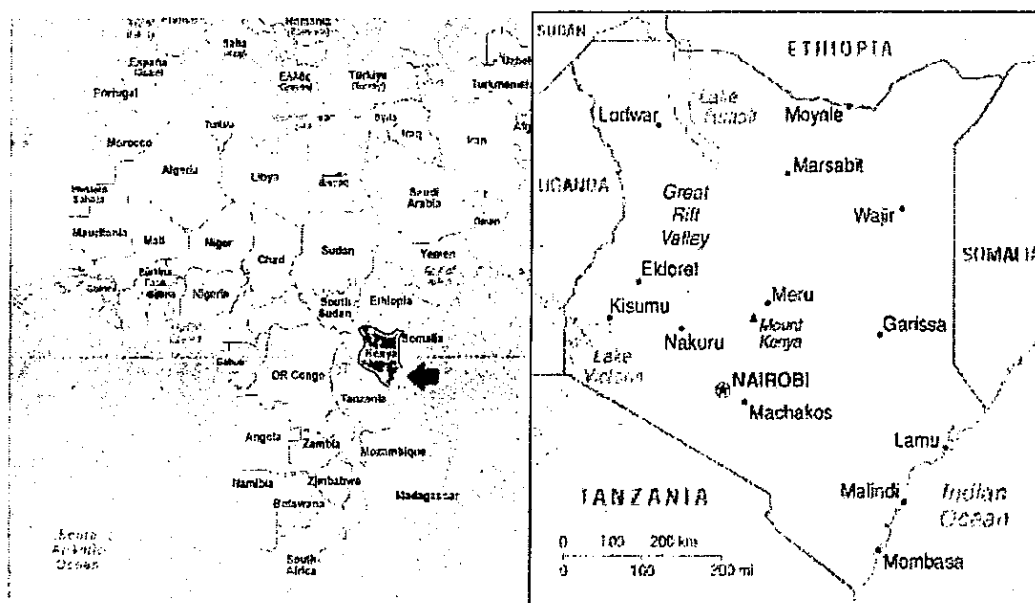
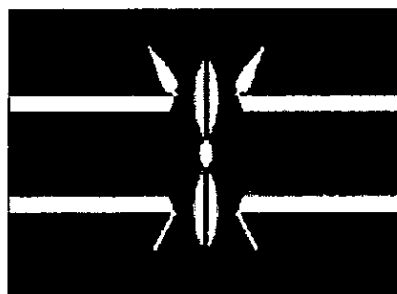


ANA PAULA SIMÕES SILVA

Diretora, interina, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO QUÊNIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Agosto de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	2
PERFIS BIOGRÁFICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS	5
POLÍTICA INTERNA	8
POLÍTICA EXTERNA	13
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	18
ANEXOS	22
Cronologia Histórica.....	22
Cronologia das relações Brasil–Quênia.....	25
Atos bilaterais	28
Dados econômico-comerciais.....	29

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Quênia
GENTÍLICO	Queniano
CAPITAL	Nairóbi
ÁREA	582.650 km ² (equivalente à área do Estado de MG)
POPULAÇÃO (2011)	43 milhões (mais que o dobro da população de MG)
IDIOMAS	Inglês e Kiswahili (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos 83% (Católicos 23,5%, Protestantes 47,7%), Muçulmanos 11,2%, Animistas 1,7%
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista Mista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembleia Nacional (bicameral a partir de 2013)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Emilio Mwai Kibaki (desde 30/12/2002, reeleito em 2007)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Raila Amolo Odinga (desde 17/4/2008)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Sam Ongeru (desde 28/3/2012)
PIB nominal (2011)	US\$ 33,6 bilhões (Brasil: US\$ 2,5 trilhões)
PIB PPP (2011)	US\$ 71,7 bilhões (Brasil: US\$ 2,3 trilhões)
PIB nominal <i>per capita</i> (2011)	US\$ 808 (Brasil: US\$ 12.788)
PIB PPP <i>per capita</i> (2011)	US\$ 1.718 (Brasil: US\$ 11.769)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	4,5% (2011); 5,6% (2010); 2,5% (2009); 1,7% (2008); 7,1% (2007)
IDH	0,509/143º lugar (Brasil: 0,718/84º; mundo: 0,682)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (anos)	57,1 (2011) (Brasil: 73,5; mundo: 69,8)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	87% (Banco Mundial, 2009)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	40% (estimativa 2008)
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim queniano ; 1 US\$ = 83,9 KES
EMBAIXADOR NO QUÊNIA	Ana Maria Sampaio Fernandes
EMBAIXADOR NO BRASIL	Peter Kirimi Kaberia
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	900 pessoas, sob a jurisdição da Embaixada em Nairóbi

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL QUÊNIA ⇒	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan-jul)
Intercâmbio	15,45	20,27	76,58	48,38	62,57	83,95	91,19	122,24	252,19	81,40
Exportações	15,42	20,26	76,38	47,74	59,15	78,70	89,43	121,36	251,4	80,83
Importações	0,02	0,01	0,20	0,63	3,42	5,26	1,76	0,87	0,77	0,56
Saldo	15,40	20,25	76,18	47,11	55,73	73,44	87,67	120,48	250,63	80,26

PERFIS BIOGRÁFICOS

EMILIO MWAI KIBAKI **Presidente da República**

Emilio Mwai Kibaki nasceu em 15 de outubro de 1931. Estudou Economia, História e Ciências Políticas na Universidade Makerere, em Campala. Após breve período trabalhando na iniciativa privada, colaborou na fundação do partido KANU (*Kenya Africa National Union*), tendo sido eleito deputado pela legenda em 1963. Foi nomeado Ministro da Indústria e Comércio em 1965, permanecendo no cargo até 1970, quando foi transferido para o Ministério da Fazenda. Em 1978, o então Presidente Daniel Arap Moi nomeou-o Vice-Presidente da República, cargo que acumulou com o de Ministro da Fazenda e Planejamento até 1983, quando assumiu o Ministério do Interior. Em 1988, foi nomeado Ministro da Saúde, cargo que ocupou até 1991, quando abandonou o KANU para fundar o DP (*Democratic Party*). Nas eleições de 1992 e 1997 candidatou-se, sem sucesso, para o cargo de Presidente da República. Em 2002, como único candidato de oposição à coalizão governista liderada pelo KANU, Kibaki venceu com grande maioria as eleições presidenciais, tornando-se o terceiro Presidente da República do Quênia.

Em 2007, foi reeleito Presidente, de acordo com as apurações da Comissão Eleitoral. Alegações de fraude durante o processo eleitoral provocaram o confronto entre simpatizantes de Kibaki e do candidato de oposição, Raila Odinga, o que resultou na morte de mais de mil pessoas por todo o país. Em fevereiro de 2008, mediante os bons ofícios de Kofi Annan, Kibaki e Odinga assinaram acordo de conciliação, que garantiu, por um lado, a permanência de Kibaki na Presidência e, por outro, a designação de Raila Odinga ao cargo de Primeiro-Ministro. Por já ter sido reeleito uma vez, Kibaki não poderá candidatar-se a Presidente nas próximas eleições nacionais, previstas para março de 2013.

RAILA AMOLO ODINGA

Primeiro-Ministro

Raila Amolo Odinga nasceu em 7 de janeiro de 1947. Seu pai, Jaramogi Oginga Odinga, destacou-se como um dos heróis da independência do Quênia. Concluiu os estudos secundários na então República Democrática Alemã, em 1964, e graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade de Magdeburgo, em 1970, ano em que retornou ao Quênia para assumir cargo acadêmico na Universidade de Nairóbi. A partir de 1974, Odinga atuou como gerente e Vice-Diretor do *Kenya Bureau of Standards*. Em 1982, foi preso por militares quenianos sob acusação de participação em tentativa de golpe de estado encabeçada por oficiais da Força Aérea. Foi libertado em 1988 e preso novamente em 1990, devido a alegação de envolvimento com o *Kenya Revolutionary Movement* (KRM). Libertado definitivamente em 1991, Odinga viveu como exilado político na Noruega, de onde retornou no ano seguinte para juntar-se ao “*Forum for the Restoration of Democracy*” (FORD), liderado por seu pai. Entre 2001 e 2002 serviu como Ministro da Energia nos últimos anos do Governo do Presidente Daniel Arap Moi (1978-2002).

Nas eleições de 2007, a controvertida declaração pela Comissão Eleitoral da vitória de Kibaki por margem pouco superior a 200.000 votos em relação a Odinga, gerou conflitos étnicos em todo o país. Em fevereiro de 2008, mediante os bons ofícios de Kofi Annan, Odinga e Kibaki assinaram acordo de conciliação, que pôs fim ao confronto e resultou na criação de um Governo de coalização, no qual Raila Odinga assumiu o cargo de Primeiro-Ministro. Odinga é o principal candidato às próximas eleições presidenciais no Quênia, previstas para março de 2013, após as quais o cargo de Primeiro Ministro será extinto, conforme a nova Constituição do país.

SAMSON KEGENGO ONGENRI

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Samson Kegengo Ongerri nasceu em 1938. Graduou-se em medicina e cirurgia pela Universidade de Mumbai em 1968. Pós-graduou-se na Universidade de Londres em 1973 na área de Saúde da Criança. Entre 1972 e 1989 foi professor da Universidade de Nairóbi no Departamento de Pediatria e Saúde Infantil. Deixou a docência para dedicar-se à atividade política. Ocupou diversos cargos públicos. Foi presidente da Federação de Atletismo (1976-1984), Ministro da Saúde, Governo Local e Treinamento Técnico e Tecnologia Aplicada (1988-1992), Representante Permanente do Quênia junto ao PNUMA e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Programa (1992-1997) e Ministro da Educação (2008-2012). Foi também membro do "Diálogo Nacional e Reconciliação" ("National Dialogue Reconciliation team"), presidido pelo ex-Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, após os episódios de violência pós-eleitoral que eclodiram em dezembro de 2007 e janeiro de 2008. É também Presidente da Fundação Ongerri, ONG que promove a saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento no Quênia. Assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros em março de 2012, após reforma ministerial na qual sucedeu o chanceler Moses Wetan'gula, designado para a pasta do Comércio.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Quênia logo após sua independência, em 1963, abrindo Embaixada residente em Nairóbi em 1967. Em março de 2005, o então Chanceler Celso Amorim

visitou o Quênia, trinta e dois anos depois da última visita de um Chanceler brasileiro ao país. A visita possibilitou a convocação da I Reunião da Comissão Mista bilateral, em agosto de 2005, em Brasília, ocasião em que foi assinado Acordo de Cooperação Esportiva.

Em 2006, o Quênia abriu Embaixada em Brasília. Foram retomadas tratativas para implementação do Acordo Cultural e do Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, firmados em 1973.

Em agosto de 2008, foi realizada a II Comissão Mista Brasil-Quênia, em Nairóbi, ao final da qual foram assinados quatro acordos. O Acordo “Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia” resultou da visita de comissão parlamentar queniana ao Brasil em junho de 2006, para conhecer *in loco* o “Programa Nacional de AIDS”. Outro acordo na área de saúde foi celebrado para implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária”. Também foram firmados acordos para capacitação aos órgãos quenianos em matéria de prevenção e combate a incêndios, bem como para isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço. O estabelecimento de três grupos de trabalho durante a II Sessão da COMISTA constituiu relevante oportunidade para avançar na identificação de possíveis áreas de cooperação bilateral no setor social, de economia e de agricultura.

Em julho de 2010, a visita do então Presidente Lula a Nairóbi estabeleceu um marco na história das relações entre os dois países. A visita, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro ao Quênia, deu novo impulso às relações bilaterais. Na ocasião, foram assinados cinco atos bilaterais, nas áreas de comércio, investimentos, educação, energia, trabalho remunerado de dependentes de pessoal diplomático e cooperação entre academias diplomáticas. O ex-Presidente enfatizou a importância do intercâmbio de visitas de ministros e empresários; reiterou o potencial do Quênia no contexto da Comunidade da África Oriental, a qual poderia estabelecer eventualmente cooperação com o Mercosul; e sublinhou a disposição de transferir conhecimento brasileiro para o Quênia em temas como a agricultura familiar.

O então Chanceler Moses Wetang’ula realizou visita ao Brasil em setembro de 2010 para dar seguimento à visita do ex-Presidente Lula a Nairóbi, demonstrando o empenho queniano em fortalecer as relações bilaterais. Em encontro com o então Chanceler Celso Amorim, foi aprofundado o exame dos entendimentos alcançados durante a visita presidencial e das providências para implementação dos cinco atos bilaterais subscritos em Nairóbi. Foram ainda tratados temas da agenda regional africana (Sudão, Somália) e internacional (reforma do Conselho de Segurança da ONU). A visita do Ministro Wetang’ula propiciou,

además, a assinatura do Acordo sobre Serviços Aéreos e do Programa Executivo ao Acordo de Cooperação Cultural.

O Vice-Ministro da Agricultura do Quênia, em visita realizada em março de 2011, reiterou interesse em aprofundar cooperação com o Brasil na área agrícola. O Quênia, em 2011, apoiou a candidatura do Prof. Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO. Ainda em 2011, o Quênia expressou seu interesse em aderir ao “Programa Mais Alimentos”. No momento, aguarda-se a apresentação, pela parte queniana, da lista de maquinários e a concretização das negociações com a CAMEX relativas à Carta de Crédito, para o início da execução do projeto.

Em outubro de 2011, a ABC enviou missão técnica a Nairóbi, com o objetivo de analisar as possibilidades de cooperação entre os dois países em agricultura (produção de mandioca), desenvolvimento de regiões áridas e semiáridas e captação de água, proteção de cabeceiras d’água, gerenciamento de desastres, salvamento marítimo e combate a incêndios florestais (com doação de equipamentos). Como resultado da missão, encontram-se em elaboração projetos de cooperação nas referidas áreas.

Destacam-se iniciativas de cooperação já em curso em: combate ao HIV/AIDS (capacitação de agentes de saúde); políticas sociais (elaboração de cadastro único de beneficiários); esportes (treinamento de técnicos e árbitros de futebol); e educação (bolsas de estudos no Brasil e leitorado brasileiro na Universidade Kenyatta). Também relevante foi missão da Comissão Eleitoral, em 2011, ao TSE.

No campo da segurança alimentar, acordou-se cooperação trilateral com a FAO para implementação, no Quênia, de iniciativas inspiradas no “Programa de Aquisição de Alimentos” (PAA) e no “Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Ainda existe grande potencial para a diversificação das relações bilaterais de cooperação, havendo disposição do Governo queniano por seu aprofundamento, como pode ser atestado pela frequência de visitas ao Brasil de delegações quenianas. O Quênia oferece oportunidades para exportação de maquinário agrícola, produtos manufaturados, aeronaves e construção civil. Trata-se de um dos maiores compradores de aeronaves Embraer no continente africano. Há, também, boas perspectivas de investimentos na infraestrutura do país. A construtora brasileira Queiroz Galvão está em fase avançada de negociação para a realização de obras viárias na cidade de Nairóbi, com financiamento do BNDES.

No plano da cooperação humanitária, o Brasil doou, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), dez mil toneladas de alimentos a refugiados abrigados em campos de refugiados no Quênia, distribuídas em maio de 2012

Em junho de 2012, o Presidente Mwai Kibaki veio ao Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável (Rio+20). Na ocasião, participou de jantar oferecido aos chefes de Estado africanos pela Senhora Presidenta da República, pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e pelo prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes. O evento contou ainda com a presença do ex-Presidente Lula.

Assuntos consulares

A Embaixada em Nairobi é a única representação brasileira no país. Além do território do Quênia, a jurisdição da embaixada inclui a República do Burundi, a República Ruandesa e a República de Uganda. O setor consular do Posto presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país. Estima-se cerca de 900 brasileiros na jurisdição da Embaixada. Não há, no momento, registro de detentos brasileiros no Quênia.

Não há nenhum tópico consular relevante no momento envolvendo os dois países.

Empréstimos e financiamentos oficiais

O Quênia foi beneficiado com a aprovação, em agosto de 2012, de crédito oficial às exportações brasileiras no âmbito do BNDES, no valor de US\$ 173 milhões, para a construção de três viadutos em Nairóbi. A construtora Queiroz Galvão, responsável pelo projeto, encontra-se atualmente em negociações comerciais junto ao Governo queniano para a finalização dos projetos.

POLÍTICA INTERNA

Sistema político

O Quênia é, atualmente, uma República Presidencialista Mista, com repartição de poderes entre Presidente e Primeiro-Ministro. Pela Constituição aprovada em 2010, o Quênia será, a partir das próximas

eleições gerais de 2013, uma República Democrática Representativa Presidencial, com o Presidente exercendo a chefia de Estado e de Governo. A nova Constituição promoveu, ademais, a descentralização do sistema político-administrativo, instituindo 47 unidades de governo provincial ("counties").

A Constituição de 2010 previu, ainda, a criação de um Senado. As novas eleições gerais deverão resultar na implantação de um sistema bicameral no país.

A Assembléia Nacional, deverá ser composta por 290 membros eleitos. Além desses membros, cada região elegerá uma mulher, em um total de 47 mulheres eleitas. Ademais, 12 membros adicionais serão nomeados pelos partidos, na proporção dos membros eleitos da Assembléia Nacional, para representar interesses de setores especiais como a juventude, as pessoas com necessidades especiais e os trabalhadores.

O novo Senado será constituído por 47 membros eleitos, um por cada região administrativa do país. Ademais, 16 mulheres serão nomeadas pelos partidos, de acordo com a proporção de votos recebidos para o Senado. Haverá ainda 2 membros, um homem e uma mulher, que representarão a juventude e 2 membros, um homem e uma mulher, que representarão as pessoas com necessidades especiais.

O mandato dos senadores, dos representantes da Assembleia Nacional e do Presidente da República é de cinco anos.

Histórico

Como a maioria dos Estados africanos, a política doméstica da independência até o início dos anos noventa foi profundamente influenciada pelas injunções da Guerra Fria. Nesse contexto, graças ao apoio dos EUA, o Presidente Daniel Arap Moi e seu partido KANU (*Kenya Africa National Union*) mantiveram-se no poder de 1978 a 2002. Conquanto, em 1992, o país tenha retornado ao multipartidarismo, Moi logrou um quarto mandato após as eleições de 1997, aproveitando-se das divisões étnicas (supostamente por ele fomentadas) e da incapacidade da oposição de unir-se em torno de um candidato único. Cabe sublinhar que efeito adverso da pluralidade advinda com o fim da Guerra Fria foi o recrudescimento, na década de 1990, de embates tribais.

A eleição de Mwai Kibaki a Presidente em 2002, com a imensa maioria dos votos, ocorreu em um contexto de reclamos por maior democratização e transparência política cada vez mais audíveis na

sociedade queniana pós-Guerra Fria. Primeiro candidato da oposição a triunfar desde a independência, em 1963, Kibaki expressou nas campanhas eleitorais compromisso com a realização de reforma constitucional, pela qual, entre outras mudanças, ficaria assegurada a nomeação de representantes de todos os grupos étnicos para cargos públicos.

O descumprimento parcial dessas promessas e a manutenção dos privilégios às etnias representadas na alta cúpula do Estado geraram focos de tensão na sociedade, que acabaram por determinar a dissolução da coalizão no poder e a derrota do Governo no referendo constitucional de novembro de 2005, no qual projeto de Constituição encampado pelo governo não foi aprovado pela população. De modo a enfrentar o crescimento da oposição, o Governo proibiu comícios políticos, considerando-os “ameaça para a segurança nacional”.

A Crise Pós-Eleitoral de 2007-2008

As campanhas para as eleições presidenciais de 2007 desenvolveram-se em ambiente de intensa contestação política e polarização étnica. Em dezembro de 2007, o país foi sacudido por espiral de violência quando, uma vez realizado o pleito presidencial, milhares de pessoas saíram às ruas em protesto contra a lentidão na divulgação dos dados parciais da apuração dos votos pela Comissão Eleitoral. De acordo com observadores internacionais, a votação havia transcorrido de forma relativamente ordeira e calma. Entretanto, os atrasos na divulgação dos resultados oficiais somados às acusações de fraude apontadas por Raila Odinga, candidato do principal partido de oposição, o Movimento Democrático Laranja (ODM), exacerbaram o clima de confrontação étnica, que resultou na morte de mais de mil quenianos.

Solução definitiva para a crise só foi alcançada quase dois meses depois, quando, em fevereiro de 2008, foi assinado acordo de conciliação entre o Presidente Kibaki e o candidato oposicionista, Raila Odinga. Facilitado pelo então Presidente de turno da União Africana, Jakaya Kikwete (atual Presidente da Tanzânia), e por painel de lideranças africanas, sob a direção do ex-Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, o acordo determinou a criação de um governo de coalizão, que manteve o Presidente Kibaki como Chefe de Estado e instituiu Raila Odinga como Chefe de Governo, no cargo de Primeiro-Ministro. A assinatura do pacto de coalizão foi saudada pela comunidade internacional como oportunidade de reposicionar o Quênia no caminho da democracia e da governabilidade.

A nova Constituição

O processo de pacificação política iniciado com a formação do Governo de União Nacional culminou na adoção de uma nova Constituição para o país. Resultado do trabalho de pequena comissão de peritos quenianos, assessorados por consultores externos, inclusive governamentais, o texto foi objeto de emendas por parte de um grupo restrito de lideranças políticas (que, essencialmente, restituiu poderes à figura presidencial).

Após aprovação pelo Parlamento, o projeto de nova Constituição foi submetido a referendo e aprovado por 68,8% dos votos. 30% dos votantes rejeitaram o projeto, em função de controvérsias em torno de três temas principais: direito ao aborto, manutenção e extensão da atuação das cortes islâmicas a todo o território queniano e a questão fundiária.

A nova constituição descentraliza a administração e a execução orçamentária, com a criação de diversas unidades de governo provincial. O parlamento passa a ser bicameral e o gabinete deixa de ser integrado por membros do legislativo (conforme modelo britânico até então seguido no país). A criação de uma Corte Suprema ensejará reforma profunda da atual estrutura judicial, cuja imagem se encontra desgastada em função de décadas de atuação controversa.

TPI

Em dezembro de 2010, o Promotor-Chefe do Tribunal Penal Internacional (TPI), Luis Moreno Ocampo, identificou seis quenianos suspeitos de incitar os conflitos étnicos ocorridos após a eleição presidencial de 2007, nomeadamente o Ministro das Finanças e Vice-Primeiro-Ministro, Uhuru Kenyatta, o ex-Ministro da Educação Superior, William Ruto, o ex-Comissário de Polícia, Hussein Ali, o Chefe do Serviço Público (Casa Civil), Francis Muthaura, e o ex-Ministro da Industrialização, Henry Kosgei.

As denúncias de Ocampo causaram forte impacto sobre a política doméstica queniana, principalmente por envolver personalidades ligadas ao Presidente Mwai Kibaki e dois possíveis candidatos (William Ruto e Uhuru Kenyatta) às próximas eleições presidenciais, previstas para março de 2013. Em princípio, o Governo queniano anunciou que não afastaria de seus cargos os suspeitos que exercem funções públicas e passou a empreender campanha diplomática em favor da suspensão dos casos pelo CSNU, utilizando o argumento de que a atuação do TPI

poderia exercer impacto negativo sobre a disputa presidencial de 2013, uma vez que a obstrução de William Ruto e Uhuru Kenyatta provocaria a reação de suas respectivas comunidades, ocasionando instabilidade no país. Ademais, o governo vislumbra a possibilidade de que os casos sejam transferidos para a Corte de Arusha, da Comunidade da África Oriental (EAC), o que parece pouco factível. A alternativa restante é a denúncia do Estatuto de Roma – que não impediria o seguimento dos casos, mas faria cessar a obrigação de cooperar com o TPI. O Primeiro-Ministro e outros atores têm-se oposto a essas iniciativas; a população em geral, mostra-se favorável à ação do TPI.

Em janeiro de 2012, após apresentação de alegações escritas pela acusação e pela defesa, a 2ª Câmara de Instrução do TPI decidiu levar a julgamento 4 dos 6 acusados, entre eles Kenyatta e Ruto. O início do julgamento foi marcado, entretanto, para abril de 2013, após as eleições presidenciais.

Eleições presidenciais de 2013

O atual panorama político no Quênia tem sido dominado pelas próximas eleições presidenciais, previstas para ocorrerem em março de 2013. Por já ter sido reeleito uma vez, o Presidente Kibaki não poderá apresentar-se como candidato. Nesse cenário, os candidatos mais bem-posicionados são o Primeiro-Ministro Raila Odinga, do "Movimento Democrático Laranja" (ODM), partido mais identificado com o avanço democrático e a modernização política; o Primeiro Vice-Primeiro-Ministro do país, Musalia Mudavadi; e Uhuru Kenyatta, Segundo Vice-Primeiro-Ministro, apoiado por Kibaki, e que tenciona disputar a presidência pelo recém-constituído "National Alliance Party" (TNA).

A candidatura de Kenyatta, entretanto, poderá ser obstada em razão da exigência constitucional de integridade dos candidatos, requisito que o candidato não seria capaz de honrar, dada sua condição de acusado perante o TPI. O Poder Judiciário reformado será testado ao posicionar-se a respeito dessa candidatura para as próximas eleições.

Embora o PM Odinga esteja à frente nas pesquisas eleitorais, sua aspiração presidencial sofreu golpe com o desligamento de um de seus maiores aliados do ODM, Musalia Mudavadi, que também pretende concorrer à cadeira presidencial.

Segundo analistas, a saída de Mudavadi poderia ter sido orquestrada por setores tradicionais da classe política queniana,

mobilizados para impedir a vitória de Odinga no próximo pleito. A candidatura de Mudavadi, segundo esses analistas, figuraria como o "plano B" do Presidente Kibaki contra Odinga; caso Kenyatta não concorresse, Mudavadi poderia ser o herdeiro de seus votos.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa queniana é norteada por quatro objetivos principais: a estabilidade do seu entorno regional, particularmente no que diz respeito à Somália e o Sudão do Sul; o fomento e respaldo aos processos de integração regional africanos, nomeadamente a União Africana e a Comunidade da África Oriental (EAC); o bom relacionamento com os países ocidentais e grandes países emergentes, a fim de garantir assistência e cooperação para o seu desenvolvimento socioeconômico; e a inserção do país na economia global, com o objetivo de captar investimentos e ampliar mercados para as suas exportações.

Ao sediar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UM-Habitat), Nairóbi projeta-se, também, como uma das mais importantes capitais diplomáticas da África.

Somália

Para o Quênia, a Somália conforma desafio geopolítico de caráter estratégico. Aquinhado no traçado de fronteiras ao tempo de sua independência com territórios ocupados por populações cuja continuidade histórica e identidade étnica e religiosa transbordam as fronteiras com a Somália e a Etiópia, o Quênia suprimiu movimento autonomista na região na década de 1960 (Shifta War, movimento secessionista, 1963-67) e reprimiu a instabilidade ligada a conflitos interclânicos na década de 1980 (Wagalla Massacre).

Os mais graves problemas de segurança enfrentados atualmente pelo Quênia derivam de desdobramentos na Somália. Confrontos armados no sul da Somália vinham repercutindo no Quênia, com relatos de inúmeros feridos sendo transportados para tratamento em hospitais localizados na fronteira. Contudo, sucessivos sequestros de cidadãos europeus ocorridos ao longo do mês de outubro de 2011, alegadamente perpetrados por grupos ilícitos somalis, elevaram ao máximo o alerta de segurança no Quênia. Vale ressaltar que, entre os estrangeiros sequestrados, constavam dois médicos espanhóis vinculados

à organização "Médicos Sem Fronteiras" que se encontravam no complexo de refugiados de Dadaab, atualmente o maior do mundo, que abriga principalmente famílias deslocadas em razão da seca e dos conflitos no centro-sul da Somália.

O Governo queniano reagiu, em princípio, intensificando o controle de suas fronteiras (especialmente na divisa com a Somália, no lago Vitória e nas localidades que têm sido alvo de ataques de grupos armados estrangeiros), assim como o patrulhamento marítimo na costa norte do país e deslanchou, em seguida, ofensiva sobre áreas somalis.

A presença do Quênia na Somália conta, atualmente, com o aval das autoridades somalis, da União Africana e do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em junho de 2012, tropas quenianas foram oficialmente integradas às tropas de paz da União Africana na Somália (AMISOM). As tropas, atualmente, preparam-se para lançar uma campanha contra a cidade portuária de Kismayo, maior porto da Somália e principal reduto da Al Shabab na costa somali. Nos últimos meses, pela atuação da AMISOM e de tropas quenianas, a "Al-Shabab" tem sido enfraquecida. Há relatos de fuga dos militantes do reduto.

O Quênia abriga o maior campo de refugiados do mundo, na região de Dadaab, com uma população estimada em meio milhão de pessoas. O campo é formado, majoritariamente, por refugiados somalis.

A descoberta de petróleo em águas que ainda não foram objeto de delimitação com a Somália tem sido, mais recentemente, objeto de controvérsia entre os dois países. O Quênia teria concedido à exploração de empresas petroleiras áreas da plataforma continental ainda não delimitadas. O Vice-Ministro de Energia somali, Abdullahi Dool já afirmou sua intenção de levar o caso ao Tribunal do Direito do Mar, em Hamburgo.

Sudão do Sul

As relações entre o Quênia e o Sudão do Sul revestem-se de caráter estratégico para ambos os países. O Quênia exerceu papel chave nas negociações que levaram à celebração do Acordo Abrangente de Paz (AAP), no ano de 2005, o qual pôs fim a mais de vinte anos de guerra civil entre o Norte e o Sul do Sudão.

Em 10 de julho de 2011, um dia após as cerimônias de independência do Sudão do Sul, o Vice-Presidente queniano, Kalonzo Musyoka, apresentou ao Presidente sul-sudanês Salva Kiir proposta de constituição de comissão conjunta com vistas a promover o estreitamento das relações bilaterais e a expandir a cooperação mantida entre os dois

países. Desde janeiro de 2012, o Quênia vem implementando atividades de capacitação de funcionários públicos sul-sudaneses - inclusive do serviço exterior -, nas quais teria empenhado cerca de cinco milhões de dólares.

No encontro de julho de 2011, Musyoka e Kiir também abordaram planos de integração da infraestrutura dos dois países. Discutiram a construção de rodovia entre Juba e Nairóbi, bem como de oleoduto e ferrovia ligando a capital sul-sudanesa a Lamu, região que deve abrigar porto para escoamento da produção petrolífera sul-sudanesa, como alternativa a Port Sudan, localizado na República do Sudão (Norte).

O complexo de Lamu, cuja cerimônia de inauguração ocorreu em março de 2012, conta com 4 componentes principais: porto localizado na Baía de Manda, que deverá ser três vezes maior que o porto de Mombaça, atualmente o mais importante da África Oriental; corredor de transportes: composto por ferrovias e rodovias que levarão à Etiópia e ao Sudão do Sul, um oleoduto de 1.260 km até o Sudão do Sul, e três aeroportos; complexos turísticos e uma refinaria de petróleo.

Os vínculos econômicos entre o Quênia e o Sul do Sudão fortaleceram-se consideravelmente nos últimos anos. Quenianos estão entre os maiores investidores externos do país e têm grande participação no comércio de varejo e no setor de serviços, inclusive na prestação de serviços financeiros - o "Kenya Commercial Bank" foi a primeira instituição financeira estrangeira a estabelecer-se em Juba, em 2005.

Como no caso da Somália, a recente descoberta de jazidas de petróleo em região limítrofe entre os dois países reavivou disputas territoriais. Há notícia de contestação territorial envolvendo o Quênia e o Sudão do Sul, que reclama parte do distrito de Turkana denominado de Triângulo de Ilemi, que cobre de 10 a 14 mil km² a noroeste do Lago Turkana. Essa zona remota na fronteira entre os dois países pode também conter depósitos de gás e petróleo, por ser contígua aos campos descobertos em março de 2012.

EAC

O Quênia participa, juntamente com Tanzânia, Uganda, Ruanda e Burundi, da Comunidade da África Oriental (EAC). O aprofundamento da integração no seio da EAC é de vital importância para o Quênia, considerando que 36,6% de suas exportações destinam-se aos países comunitários. Com população estimada em mais de 125 milhões de pessoas e PIB de cerca de US\$ 60 bilhões (cerca de metade

do qual constituído pelo PIB queniano), a EAC constitui uma União Aduaneira desde janeiro de 2005. Em abril de 2010, com a ratificação pelo Burundi, tornou-se possível a entrada em vigor do Tratado do Mercado Comum da EAC.

Relatório recentemente lançado pelo "East African Business Council" (EABC) indica, entretanto, que a comunidade empresarial em todos os países-membros continua enfrentando diversas barreiras que vem atrasando o processo de integração. O relatório afirma que os procedimentos alfandegários e os requisitos administrativos e fitossanitários são as mais severas barreiras não-tarifárias aplicadas pelas autoridades policiais, imigratórias e de controle alfandegário dos cinco países da Comunidade.

O passo seguinte para o aprofundamento da integração seria a instituição de uma união monetária. O objetivo principal seria o de prover a região de uma moeda única que possa remover os custos das transações em diversas moedas, bem como o risco das oscilações das taxas de câmbio sobre o comércio e o turismo na África Oriental. Encontra-se em fase de negociação um protocolo para o estabelecimento da moeda única. Analistas avaliam ser pouco provável um consenso sobre o protocolo até novembro de 2012, quando ocorrerá a próxima cúpula da EAC.

A EAC já dispõe de um Parlamento Regional e ambiciona formar em 2015 uma Confederação (*"Political Federation of the East African State"*) com Chefe de Estado único.

A última reunião ordinária do Conselho de Ministros da EAC, realizada em setembro de 2011, resultou na adoção da IV Estratégia de Desenvolvimento (2011/12 – 2015/16). O objetivo maior da estratégia é o de conduzir a região a ganhos de competitividade que permitam acelerar o desenvolvimento socioeconômico e melhorar os níveis de bem-estar e prosperidade dos povos da África Oriental.

Em abril de 2012, foi realizada a 10ª Cúpula Extraordinária da EAC. A remoção de barreiras não tarifárias e as questões de defesa e segurança, em particular os conflitos na Somália e no Sudão, foram os temas principais da pauta da reunião.

Países Ocidentais

A diplomacia queniana sempre buscou manter boas relações com seus tradicionais parceiros ocidentais, motivada principalmente pela necessidade de garantir constantes fluxo de ajuda externa enviada por doadores internacionais. As relações são particularmente intensas com o

Reino Unido, que ainda exerce forte influência cultural e política sobre o país e os EUA, com os quais mantém inclusive cooperação militar, voltada sobretudo ao combate à pirataria no Índico e o controle da extensa fronteira com a Somália.

Japão e França destacam-se como importantes investidores na área de energia, cujo desenvolvimento será vital para o crescimento da economia nos próximos anos, dado o persistente déficit energético enfrentado pelo Quênia.

O Quênia tem estreitado relações com a Alemanha, importante parceiro comercial e fonte de investimentos externos. A visita da Chanceler Angela Merkel, em julho de 2011, marcou a boa fase do relacionamento bilateral. Na ocasião, Merkel anunciou ajuda financeira equivalente a 1 milhão de euros em favor dos refugiados abrigados no campo de Dadaab, no norte do Quênia. Foram empenhados, ademais, cerca de 140 milhões de euros, a serem desembolsados até 2013, em iniciativas que contribuam para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio pelo Quênia.

Em agosto de 2012, a Secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, visitou o país. As conversas mantidas por Clinton com autoridades quenianas gravitaram em torno das próximas eleições presidenciais, previstas para março de 2013. A Secretária empenhou, ainda, apoio aos esforços do Quênia na manutenção da paz e da segurança na região - especialmente, no que diz respeito à Somália e à participação queniana na AMISOM.

Ainda em agosto de 2012, a Vice-Presidente da Comissão Europeia, Catherine Ashton, em visita ao país, anunciou doação no valor de 28,6 milhões dólares à Comissão Eleitoral e de Fronteiras Independente (IEBC), a ser desembolsada por meio do PNUD. A doação deverá ser empregada na implementação de sistema biométrico de registro de eleitores.

Países Emergentes

O Quênia vem buscando expandir sua presença no cenário internacional e aproveitar as novas oportunidades oferecidas pela globalização econômica. Nesse sentido, tem envidado esforços para diminuir sua dependência dos países ocidentais, cuja cooperação é, em geral, sujeita ao cumprimento de condicionalidades. Como resultado dessa diretriz, foram aprofundadas, nos últimos anos, as relações com a África do Sul, Brasil, Catar, Índia, Turquia e, sobretudo, com a China.

Cabe assinalar que essa inflexão na política externa queniana foi motivada também pelo avanço da integração regional no âmbito da EAC, da diplomacia da diáspora e do crescente ativismo econômico internacional dos seus novos parceiros na África, em comparação com uma relativa retração dos tradicionais cooperantes no continente. Avalia-se que relações econômicas do Quênia estariam retornando, assim, ao seu eixo histórico: em torno da bacia do Índico, do Oriente Próximo e da própria China.

Desde que tomou posse, em 2003, o Presidente Mwai Kibaki já empreendeu diversas viagens à China. A China tem participado em grandes obras de desenvolvimento da infraestrutura, em particular em Nairóbi: entre outros, os anéis viários ao sul e ao norte de Nairóbi e um hospital, também na capital. Empresas chinesas, com financiamento do Banco Mundial, duplicaram a estrada que liga ao aeroporto e recapearam e construíram valas para águas pluviais e calçadas na principal via de acesso à sede da ONU em Gigiri.

O dinamismo da presença chinesa favorece grandemente a potência asiática. Em 2010, o superávit comercial chinês com o Quênia foi superior a 1 bilhão de dólares.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Os setores de serviços (turismo, telecomunicações, transportes e finanças) e a agricultura constituem a base da economia do Quênia. As exportações de chá, café e hortaliças e o turismo são suas principais fontes de divisas externas.

A economia queniana cresceu 5,6% em 2010, índice considerável, levando-se em conta a recessão global, mas inferior ao crescimento dos demais países da África Oriental. No entanto, a seca prejudicou o desempenho da agricultura e pressões inflacionárias (altas nos preços dos alimentos e combustíveis) diminuíram o ritmo de crescimento da economia queniana para 4,5% em 2011.

O Governo do Quênia vem tentando empreender reformas macroeconômicas nos últimos anos, de modo a equacionar os gargalos estruturais da economia e elevar sua competitividade. Dentre as medidas tomadas, destacam-se o estabelecimento de parcerias público-privadas e a elaboração de marcos regulatórios destinados à criação de ambiente de segurança jurídica favorável aos investimentos externos. Para tanto, as autoridades quenianas tem contado com auxílio do FMI, por meio de um pacote de crédito estendido da ordem de US\$ 760 milhões.

Como a maioria dos países no continente, o Quênia possui deficiências em infraestrutura, especialmente no setor de energia. Sendo hidroelétrica a principal matriz energética do Quênia, as recorrentes secas que afetam o país causam períodos de racionamento e interrupções intermitentes no fornecimento de eletricidade, obrigando o Governo a valer-se do uso de geradores como medida de contingência. Estão em curso, porém, projetos de usinas geotérmicas, que gradualmente ganham em importância na geração de energia elétrica no país.

O Quênia estabeleceu políticas de estímulo à produção e consumo de etanol de modo a conter o aumento do preço dos combustíveis. Em março de 2010 foi iniciado programa de mistura compulsória de 10% de etanol à gasolina. A expectativa do Governo é de que o aumento da demanda por etanol estimule o setor açucareiro a diversificar sua produção, resultando na redução do volume de combustível fóssil importado.

Em março de 2012, foi anunciada a descoberta de reservas de petróleo e gás na região de Turkana, que poderiam chegar a 2 bilhões de barris. A avaliação da quantidade de petróleo e da viabilidade de exploração comercial encontra-se em andamento.

A Desvalorização Cambial e seus Reflexos sobre a Economia Queniana

Com desvalorização acumulada frente ao dólar norte-americano superior a 30% durante 2011, a defesa do xelim queniano tem sido um dos grandes desafios para a gestão macroeconômica no Quênia, expondo as limitadas opções de política monetária e problemas estruturais da economia do país. O xelim queniano foi a moeda que mais se desvalorizou no mundo, frente ao dólar, em 2011. Em parte, a desvalorização cambial pode ser atribuída à fase aguda em que teria entrado a crise na Europa, levando à migração de capitais para aplicações seguras em dólar.

A desvalorização do xelim em 2011 possui também razões de fundo, associadas a problemas estruturais da economia queniana. O principal desafio refere-se a sua grande dependência de bens importados, o que explica a longa e crescente série de déficits comerciais. Em 2010, a balança comercial atingiu o maior déficit da história recente, de US\$ 6,8 bilhões, equivalente a 21% do PIB. Não obstante o grande ingresso de divisas oriundo do setor de turismo e das transferências unilaterais, o saldo negativo da balança comercial tem provocado crescentes déficits

em transações correntes, que, em 2010, foi da ordem de 7,8% do PIB (cerca de US\$ 2,5 bilhões).

Nessas condições, o governo elevou a taxa básica de juros para 18% no último trimestre de 2011. A adoção de uma política monetária mais restritiva, aliada ao empréstimo do FMI e de outros bancos comerciais permitiu, já no segundo semestre de 2011, alguma recuperação do xelim queniano. Espera-se, nos próximos anos, ainda que de forma mais gradual, nova desvalorização do xelim, devido ao déficit estrutural em conta corrente e ao risco de nova alta das taxas de inflação.

A rápida deterioração dos índices de inflação foi a face mais visível da desvalorização cambial de 2011. A alta no índice de preços atingiu 20% ao final de 2011, maior índice desde 2008. A adoção de uma política monetária restritiva e a recomposição da taxa de câmbio resultou em uma taxa de inflação anual de 10% em junho de 2012, a menor em 15 meses. São esperadas, ainda, colheitas favoráveis, o que deverá baixar o preço de alimentos e manter a inflação em 10,1% ao final do ano de 2012. Prevê-se para os próximos anos uma redução das taxas de inflação para patamares de um dígito, embora haja o risco de picos eventuais, sobretudo associados a secas, que poderiam provocar alta dos preços de alimentos e de energia elétrica.

Breve análise dos principais itens da balança comercial indica a origem estrutural de seu desequilíbrio. Cerca de 50% das exportações concentra-se em poucos produtos primários: chá (22%), produtos de horticultura (18%) - sobretudo flores, mas também vegetais e frutas -, óleos animais e vegetais, inclusive óleos essenciais (5%) e café "in natura" (4%). Por outro lado, mais de metade das importações refere-se a energia e produtos industrializados: petróleo e derivados (20%), máquinas industriais (18%), veículos automotores (6%), ferro e aço (5%) e plásticos (4%).

Comércio Exterior

O intercâmbio comercial total do Quênia, em 2011, somou US\$ 23,1 bilhões, o que representou crescimento de 14,8% em relação a 2010. Em 2011, as exportações do Quênia somaram US\$ 5,9 bilhões, crescimento de 14,5% em relação a 2010. Os principais mercados de destino para as exportações quenianas foram: Uganda (9,8% do total); Tanzânia (9,5%); Países Baixos (8,3%); Reino Unido (8,1%); Estados Unidos (6,1%). As importações do Quênia somaram US\$ 17,2 bilhões em 2011, com expansão de 14,9% em relação a 2010. As principais

origens das importações do Quênia foram: China (15,2%); Índia (13,7%); Emirados Árabes Unidos (10,4%); Arábia Saudita (7,3%); África do Sul (5,5%).

Comércio e Investimentos Bilaterais

Nos últimos cinco anos, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Quênia cresceu 303,5%, de US\$ 62,5 milhões em 2007 para US\$ 252,2 milhões em 2011. Em 2011, o fluxo bilateral cresceu 106,3% em relação a 2010. O Quênia foi 89º parceiro comercial brasileiro e absorveu 0,05% das trocas comerciais brasileiras em 2011. Entre os países da África Subsaariana, o Quênia ocupou a sétima posição. O saldo da balança comercial, tradicionalmente favorável ao Brasil, registrou superávits brasileiros de US\$ 87,6 milhões em 2009, de US\$ 120,5 milhões em 2010 e de US\$ 250,6 milhões em 2011.

No acumulado até julho de 2012, o intercâmbio comercial apresentou substanciais alterações em sua dinâmica. As trocas comerciais reduziram 35,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, de US\$ 126,4 milhões (jan-jul/2011) para US\$ 81,4 milhões (jan-jul/2012). As exportações brasileiras diminuíram de US\$ 125,8 milhões para US\$ 80,8 milhões. As importações brasileiras cresceram 3,1%, de US\$ 550 mil para US\$ 570 mil. O saldo da balança, no acumulado entre janeiro e julho, registrou US\$ 80,3 milhões, montante 35,9% inferior ao do mesmo período do ano anterior.

Nos últimos cinco anos, as exportações brasileiras para o Quênia cresceram 325%, de US\$ 59,1 milhões em 2007 para US\$ 251,4 milhões em 2011. Em 2011, houve crescimento de 107,2% em relação a 2010. O Quênia é o sexto destino das exportações brasileiras entre os países da África Subsaariana (participação de 3,7% na região). O país absorve 0,1% do total das exportações brasileiras. A pauta de exportações é composta, em sua maior parte, pelos manufaturados, que representaram 64,5% das vendas em 2011, seguidos pelos básicos, com 20,4% e pelos semimanufaturados com 15%.

As importações brasileiras originárias do Quênia, nos últimos cinco anos, reduziram 77%, de US\$ 3,4 milhões em 2007 para US\$ 800

mil em 2011. Em 2011, as importações reduziram 11,5% em relação a 2010. A representatividade do Quênia nas importações brasileiras originárias da África Subsaariana é de 0,01%. A pauta de produtos importados mostra é majoritariamente composta por manufaturados (52,9%), seguidos pelos semimanufaturados (45,5%) e pelos básicos (1,6%).

Os principais produtos brasileiros exportados para o Quênia são equipamentos agrícolas (tratores, máquinas de semear, colheitadeiras, etc.), que mostram tendência de alta, aeronaves (encomendadas da Embraer), açúcar refinado, óleos vegetais e cereais. O Quênia, por sua vez, exporta para o Brasil peles e couros e chá.

A aproximação entre o Brasil e o Quênia, lastreadas por visitas mais frequentes de autoridades e pessoal de cooperação técnica, criou oportunidades para a ampliação do comércio bilateral e o estabelecimento de parcerias entre homens de negócios de ambos os países. Em 2005, a RANDON tornou-se a primeira empresa brasileira a investir no Quênia, associando-se a empresa local para produção em Nairóbi de “trailers” e carrocerias para carga pesada: em um ano e meio de operação, as vendas já superavam os 2,5 milhões de dólares.

Recorde-se, ainda, as negociações, em fase de finalização, entre a construtora Queiroz Galvão e a municipalidade de Nairóbi para a construção de obras viárias na cidade, que deverão contar com financiamento do BNDES.

ANEXOS

Cronologia Histórica

1963: Quênia torna-se independente, tendo como Primeiro-Ministro Jomo Kenyatta, do partido "União Africana Queniana" (KANU).

1964: É formada a República do Quênia. Kenyatta torna-se Presidente, tendo como Primeiro-Ministro Oginga Odinga

1966: Odinga deixa o KANU após desentendimentos ideológicos e forma a União Popular do Quênia (KPU).

1969: Assassinato do Ministro Tom Mboya inicia distúrbios étnicos. A KPU é banida e Odinga é preso. KANU é o único partido que disputa as eleições..

1974: Kenyatta é reeleito.

1978: Kenyatta morre em exercício e é sucedido por seu Vice-Presidente, Daniel Arap Moi.

Jun/1982: A Assembleia Nacional do Quênia oficializa o sistema de partido único

Ago/1982: Exército debela tentativa de golpe liderada pela Força Aérea

1987: Grupos de oposição são suprimidos. País sofre críticas internacionais por conta das prisões políticas e abusos de direitos humanos.

1990: Morte do Ministro do Exterior, Robert Ouko, em circunstâncias suspeitas aumenta o descontentamento com o governo.

Ago/1991: É formado o Fórum para a Restauração da Democracia (FORD), composto por 6 líderes de oposição, entre os quais Oginga Odinga. O Partido é proscrito e seus membros são presos. Em meio a severas condenações internacionais, credores suspendem o auxílio ao Quênia.

Dez/1991: Conferência especial do KANU consente com a introdução de um sistema político multipartidário.

Ago/1992: FORD divide-se em duas facções: Ford-Asili (liderada pelo ex-Ministro da situação Kenneth Matiba) e Ford-Kenya (liderado por Odinga).

Dez/1992: Moi é reeleito em eleições multipartidárias.

1995 – Novo partido de oposição, Safina, é lançado pelo paleontólogo Richard Leakey. O partido tem o seu registro oficial recusado até novembro de 2007.

1997 – Manifestações pedem reforma democrática. Banco Mundial retém a liberação de US\$ 5 bilhões em crédito para ajustes estruturais.

Dez/1997: Moi vence eleições em pleito amplamente contestado. Seus principais opositores são Mwai Kibaki e Raila Odinga, filho de Oginga Odinga.

Ago/1998: Atentado terrorista da Al-Qaeda na Embaixada norte-americana em Nairóbi mata 224 pessoas e fere milhares.

Nov/2002: Ataque terrorista em hotel de propriedade de israelenses mata 10 quenianos e fere 3 israelenses. Al-Qaeda reivindica autoria do ataque.

Dez/2002: Mwai Kibaki vence as eleições presidenciais por ampla maioria e põe fim aos 24 anos de governo de Daniel Arap-Moi.

Dez/2003: Governo decide conceder ao ex-Presidente Daniel Arap-Moi imunidade processual contra acusações de corrupção.

Jul-Ago/2004: Crise alimentar causada pela quebra de safra e seca. Presidente Kibaki fala em desastre nacional.

Out/2004: Ecologista queniana Wangari Maathai ganha o Prêmio Nobel da Paz, tornando-se a primeira mulher africana a receber o Prêmio.

Jul/2005: Parlamento aprova projeto de Constituição.

Nov-Dez/2005: Nova Constituição é rejeitada em referendo.

Abr/2006: Visita do Presidente chinês, Hu Jintao, na qual é assinado contrato que permite à China a prospecção de petróleo na costa queniana.

Dez-Jan/2007 – eleições presidenciais levam a episódios de violência nos quais mais de 1500 pessoas morrem.

Fev/2008: Governo e oposição chegam a um acordo de divisão do poder.

Abr/2008: Governo e oposição concordam com a formação de novo Gabinete.

Out/2008: Relatório de comissão de inquérito sobre a violência pós-eleitoral pede um tribunal internacional para julgar os responsáveis pelo episódio. Muitos líderes políticos relutam em implementar as recomendações da comissão de inquérito, enquanto outros argumentam que os processos poderiam gerar novos conflitos étnicos.

Out/2009: Governo afirma que irá cooperar com o Tribunal Penal Internacional (TPI) para o julgamento dos principais suspeitos dos episódios de violência pós-eleitoral.

Jul/2010 Entra em vigor o Mercado Comum da África Oriental, no Âmbito da Comunidade da África Oriental (EAC).

Ago/2010: Nova Constituição que prevê a limitação dos poderes do Presidente e a devolução de poderes para as regiões é aprovada em referendo.

Jun-Set/2011: África Oriental é assolada pela pior seca em 60 anos.

Ago-Set/2011: Militantes Somalis são suspeitos de atacar resorts costeiros no Quênia e campos de refugiados.

Out/2011: Tropas quenianas entram na Somália para atacar rebeldes acusados de estarem por trás de sequestros de estrangeiros no Quênia. Quênia sofre diversos ataques em represália.

Jan/2012: TPI decide levar a julgamento diversos quenianos proeminentes, em conexão com a violência pós-eleitoral de 2007.

Mar/2012: É descoberto petróleo no país. No mesmo mês, é lançado o projeto do porto de Lomu, opção de escoamento de petróleo do Sudão do Sul.

Jun/2012: Tropas quenianas juntam-se às tropas de paz da União Africana na Somália (AMISOM).

Cronologia das relações Brasil–Quênia

1964: Brasil estabelece relações diplomáticas com o Quênia.

1967: Brasil instala missão diplomática em Nairóbi.

1973: Visita do Chanceler Mário Gibson Barbosa ao Quênia.

1973: Assinatura de Acordo de Intercâmbio Cultural.

1973: Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica.

1974: Missão diplomática brasileira no Quênia é elevada à categoria de Embaixada.

1975: Ministro dos Negócios Estrangeiros do Quênia visita o Brasil.

1992: Presidente Daniel Moi visita o Brasil (Rio-92).

1995: Chanceler Stephen Kalonzo Musyoka visita o Brasil.

1995: O intercâmbio comercial Brasil-Quênia atinge US\$ 31 milhões.

2001: Brasil doa medicamentos anti-retrovirais a instituição queniana.

2002: O intercâmbio comercial Brasil-Quênia registra US\$ 14 milhões.

2005: Visita do MERE ao Quênia.

2005: Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas.

2005: Realização da I Comissão Mista Brasil-Quênia, em Brasília.

2005: Assinatura de Acordo na Área de Cooperação Esportiva.

2005: O intercâmbio comercial Brasil-Quênia supera US\$ 76 milhões.

2006: Instalação da Embaixada do Quênia em Brasília.

2006: Visita do Ministro do Turismo e Vida Silvestre do Quênia ao Brasil.

2007: Visita da então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao Quênia.

2008: Em julho de 2008, o intercâmbio comercial bilateral já atinge USD 53 milhões.

2008: Em agosto, realização da II Comissão Mista Brasil-Quênia, em Nairóbi.

2008: Durante a II Comista, são assinados quatro atos bilaterais (saúde, meio ambiente e vistos).

2008: Em agosto, Ministra queniana da área social participa de evento do MDS no Brasil.

2009: Em setembro, missão de treinadores brasileiros de futebol para capacitação de profissionais quenianos.

2009: Em setembro, convite do Vice-Presidente do Quênia, Sr. Kalonzo Muzyoka para visita do Sr. PR ao Quênia.

2009: Intercâmbio comercial Brasil-Quênia alcança US\$ 91,19 milhões.

2010: Em abril, Presidente Mwai Kibaki transmite convite oficial de visita ao Sr. PR.

2010: Em março, visita de parlamentares quenianos integrantes do Comitê Parlamentar Seletor sobre Atividades de Organizações Ilícitas e visita de representantes da Comissão de Privatização do Ministério das Finanças do Quênia.

2010: Em maio, visitas do Kenya Sugar Board e de representantes da Comissão de Serviços do Parlamento do Quênia.

2010: Em maio, visita de delegação queniana no âmbito do projeto “Apoio ao Projeto DST/AIDS”.

2010: Em maio, Ministro Assistente de Agricultura do Quênia, Sr. Gideon Musyoka Ndambuki, participa do Diálogo Brasil-África.

Jul/2010: Visita do Presidente Lula a Nairóbi. Primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Quênia.

Set/2010: Chanceler queniano, Moses Wetang'ula visita o Brasil. Durante a visita, são assinados acordos sobre Serviços Aéreos e de Cooperação Cultural.

Mar/2011: Vice-Ministro da Agricultura do Quênia visita o Brasil.

Out/2011: Missão técnica da ABC é enviada a Nairóbi para analisar as possibilidades de cooperação entre os dois países em agricultura; desenvolvimento de regiões áridas e semi-áridas; proteção de cabeceiras d' água, gerenciamento de desastres, salvamento marítimo e combate a incêndios florestais.

Mai/2012: Por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), Brasil doa 10 mil toneladas de mantimentos a refugiados abrigados em campos no Quênia.

Jun/2012: Presidente queniano, Mwai Kibaki, vem ao Brasil como chefe da delegação queniana para a Rio+20.

Atos bilaterais

Título	Data Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	02/02/1973	Em vigor
Acordo de Intercâmbio Cultural	02/02/1973	Em vigor
Comunicado Conjunto	04/02/1973	Em vigor
Comunicado Conjunto	22/04/1975	Em vigor
Acordo para Serviços Aéreos	24/10/1990	Pendente
Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Consultas Políticas	07/03/2005	Em vigor
Acordo na Área de Cooperação Esportiva	12/08/2005	Em vigor
Acordo para o Estabelecimento de Comissão Mista para Cooperação	12/08/2005	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Conservação da Vida Silvestre	08/02/2007	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Quênia para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Serviço Florestal do Quênia, do Corpo de Bombeiros da Prefeitura Municipal de Nairóbi e do Corpo de Bombeiros da Autoridade Aeroportuária do Quênia”	15/08/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Quênia para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia”	15/08/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Quênia para Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária”	15/08/2008	Em vigor
Acordo entre o Brasil e o Quênia sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	15/08/2008	Em vigor
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	06/07/2010	Em Tramitação no Congresso Nacional
Acordo na Área de Educação	06/07/2010	Em tramitação no MRE
Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia	06/07/2010	Em tramitação no MRE
Memorando de Entendimento sobre Promoção de Comércio e de Investimentos	06/07/2010	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e o Instituto do Serviço Exterior do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Quênia	06/07/2010	Em vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos	14/09/2010	Em tramitação no MRE
Programa Executivo sobre Cooperação Cultural	14/09/2010	Em vigor

Dados econômico-comerciais

Quênia - evolução do comércio exterior

Valores em US\$ milhões

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	4.409	5.198	4.520	5.169	5.918
Importações (cif)	11.172	13.356	11.902	14.943	17.172
Saldo comercial	-6.763	-8.158	-7.382	-9.774	-11.254
Intercâmbio comercial	15.580	18.554	16.422	20.112	23.091

Elaborado pelo IUPERJ, Divisão de Estatística, com base nos dados do FMI, do Banco Mundial e do Banco Mundial.

BRASIL-QUÊNIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-jul)	2012 (jan-jul)
Exportações brasileiras	59,1	78,7	89,4	121,4	251,4	125,8	80,8
Varição em relação ao ano anterior	23,8%	33,1%	13,6%	35,7%	107,2%	164,6%	-35,8%
Importações brasileiras	3,40	5,25	1,76	0,87	0,77	0,55	0,57
Varição em relação ao ano anterior	466,7%	54,4%	-66,5%	-50,6%	-11,5%	-6,3%	3,1%
Intercâmbio Comercial	62,5	83,9	91,2	122,2	252,2	126,4	81,4
Varição em relação ao ano anterior	29,2%	34,3%	8,6%	34,1%	106,3%	162,5%	-35,6%
Saldo Comercial	55,7	73,4	87,6	120,5	250,6	125,3	80,3

Elaborado pelo IUPERJ, Divisão de Estatística, com base nos dados do FMI, do Banco Mundial e do Banco Mundial.

BRASIL-QUÊNIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO

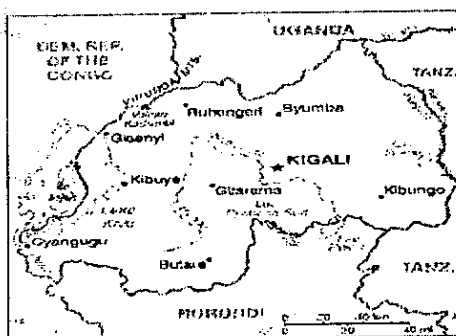
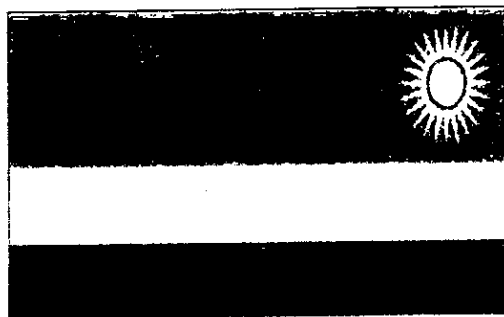
US\$ milhões, fob (2011)

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	51,3	20,4%	0,01	1,6%
Semimanufaturados	37,6	15,0%	0,35	45,5%
Manufaturados	162,3	64,5%	0,41	52,9%
Transações especiais	0,2	0,1%	0,00	0,0%
Total	251,4	100,0%	0,77	100,0%

Elaborado pelo IUPERJ, Divisão de Estatística, com base nos dados do FMI, do Banco Mundial e do Banco Mundial.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE RUANDA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Agosto de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	2
PERFIS BIOGRÁFICOS	3
PAUL KAGAME.....	3
LOUISE MUSHIKIWABO.....	4
RELAÇÕES BILATERAIS	4
ASSUNTOS CONSULARES	6
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS	6
POLÍTICA INTERNA	6
PODER LEGISLATIVO.....	8
POLÍTICA EXTERNA	8
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTO	10
ANEXOS	11
CRONOLOGIA HISTÓRICA	11
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	12
ATOS BILATERAIS.....	12
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....	12

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Ruanda
GENTÍLICO	Ruandês
CAPITAL	Kigali
ÁREA	26.338 km² (aproximadamente do tamanho do estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (Banco Mundial, 2011)	10,95 milhões (400 mil habitantes a menos que o município de São Paulo)
IDIOMAS OFICIAIS	Kinyarwanda, Francês e Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (93,6%); Islamismo (4,6%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Senado e Câmara dos Deputados)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Paul Kagame (desde 2000)
CHANCELER	Louise Mushikiwabo (desde 2009)
PIB (Banco Mundial, 2011)	US\$ 6,38 bilhões (Brasil: US\$ 2,5 tri)
PIB PPP (Banco Mundial, 2011)	US\$ 13,69 bilhões (Brasil: US\$ 2,3 tri)
VARIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial, 2011)	9% (2011); 7,5% (2010); 4,1% (2009); 11,2% (2008); 5,5% (2007)
PIB per capita (Banco Mundial, 2011)	US\$ 583 (Brasil: US\$ 12.600)
PIB per capita PPP (Banco Mundial, 2011)	US\$ 1.251 (Brasil: US\$ 11.720)
UNIDADE MONETÁRIA	Franco Ruandês
IDH	0,429 (166º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2011)	55,4 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	---
ÍNDICE DE DESEMPREGO	---
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	James Kimonyo (residente em Washington)
EMBAIXADOR EM BUJUMBURA	Ana Maria Sampaio Fernandes (residente em Nairóbi)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	---

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL => RUANDA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan-jul)
Intercâmbio	0,05	0,083	0,53	0,56	0,56	1,32	1,57	1,736	0,452
Exportações	0,047	0,0009	0,53	0,04	0,56	0,45	1,57	1,734	0,412
Importações	0,002	0,082	-	0,52	0,001	0,87	-	0,002	0,04
Saldo	0,004	0,081	0,53	-0,48	0,56	-0,42	1,57	1,732	0,372

PERFIS BIOGRÁFICOS

PAUL KAGAME **Presidente**

Paul Kagame nasceu em 23 de outubro de 1957, em Ruhango, cidade situada na então colônia belga de Ruanda-Urundi. Sua família, de etnia tutsi, foi forçada a mudar-se para Uganda em 1960, em meio a conflitos étnicos que causaram a morte de mais de 150 mil pessoas. Kagame passaria o resto da sua infância no campo de refugiados tutsis de Gahunge. Estudante dedicado, cedo se entusiasmou com os grandes líderes revolucionários de sua juventude, como Che Guevara.

Ingressou para o Exército da Resistência Nacional de Uganda (NRA), liderado por Yoweri Museveni, que deporia o Presidente ugandense Tito Okello, em 1986. No mesmo ano, foi designado Chefe de Inteligência Militar do NRA, na condição de homem de confiança do Presidente Museveni e participou da criação da Frente Patriótica Ruandesa (FPR), grupo político-militar cujo objetivo era lutar contra o regime autocrático de Juvénal Habyarimana. Em 1990, recebeu treinamento militar nos EUA.

Em julho de 1994, após o Genocídio de Ruanda, o FPR tomou o poder, propondo-se a liderar um processo de reconciliação e reconstrução do país. Durante o Governo de Unidade Nacional, Kagame exerceu os cargos de Vice-Ministro e Ministro da Defesa. Em 1998, foi eleito presidente da FPR. Dois anos mais tarde, foi eleito Presidente da República de Ruanda pela Assembleia Nacional Transitória, sendo confirmado no cargo por eleições diretas em 2003 e 2010.

LOUISE MUSHIKIWABO
Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Louise Mushikiwabo, de etnia tutsi, nasceu em 23 de outubro de 1957, em Kigali. Graduou-se em Línguas Estrangeiras pela Universidade de Ruanda. Em 1986, foi para os Estados Unidos estudar francês e tradução na Universidade de Delaware. Trabalhou na área de relações públicas em Washington.

Perdeu grande parte da sua família no genocídio de 1994, inclusive seu irmão, Lando Ndasingwa, rara liderança tutsi no governo Habyarimana. Mushikiwabo viveu nos Estados Unidos durante mais de trinta anos, período em que teve prolífica produção intelectual vinculada à agenda humanitária de seu país. Em 2004, foi congratulada com a "Outstanding Humanitarian Award" pela American University's School of International Studies. Em 2006, foi coautora do livro de memórias *Rwanda Means the Universe*.

Em 2008, voltou para Ruanda a fim de assumir o cargo de Ministra da Informação. Em dezembro de 2009, foi nomeada Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Ruanda estabeleceram relações diplomáticas em fevereiro de 1981. A representação brasileira em Kigali é exercida, em caráter cumulativo, pela Embaixada residente em Nairóbi, enquanto a missão diplomática ruandesa em Washington responde pelas relações com o Brasil.

O relacionamento bilateral pouco avançou desde então, não havendo registro de visitas de autoridades brasileiras de alto nível a Kigali. Do lado ruandês, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros efetuou visita ao Brasil em 1982, quando se discutiram possibilidades de cooperação técnica bilateral. Em setembro de 2007, o Ministro Celso Amorim avistou-se com

seu homólogo ruandês em Nova Iorque, à margem da 62ª AGNU, ocasião em que foi firmado o Acordo Quadro de Cooperação Técnica entre os dois países, com base em proposta brasileira. Ademais, de comum acordo com o Governo queniano, o Brasil ofereceu duas vagas a candidatos ruandeses para participar, em outubro de 2007, de curso no Quênia sobre prevenção e combate a incêndio florestal, ministrado por oficiais do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro.

Em março de 2010, a empresa brasileira "4BK" assinou contrato de 11 meses com a Federação de Voleibol e com o Ministério dos Esportes e da Cultura de Ruanda para treinar todas as equipes nacionais naquele esporte, desde categorias de base até seleções nacionais.

Em maio de 2011, o então candidato à Direção-Geral da FAO, Dr. José Graziano, visitou Kigali. Na ocasião, ao mencionar ao Dr. Graziano os desafios de seu país na área agrícola, a Ministra da Agricultura, Agnes Matilda Kalibata, reafirmou o grande interesse de Ruanda em aprofundar a cooperação com o Brasil e comprometeu-se a apoiar sua candidatura.

Em junho de 2011, o Ministro Antonio Patriota reuniu-se com o Presidente de Ruanda, Paul Kagame, por ocasião de visita a Nova York para participar da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS. O Chanceler brasileiro expressou o desejo de aprofundar as relações bilaterais e manifestou o interesse do Brasil em participar, cada vez mais, do desenvolvimento econômico e social do país. Afirmou constituir a região dos Grandes Lagos, "nova fronteira" da política brasileira para a África. Por sua vez, o Presidente Kagame afirmou compartilhar o desejo de aprimorar os vínculos com o Brasil, país cujo desenvolvimento recente constitui exemplo para os países africanos.

Em seguimento às conversações mantidas em Nova Iorque, foi assinado entre Brasil e Ruanda, em 24 de junho de 2011, o Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar entre Brasil e Ruanda, durante seminário sobre cooperação técnica em Roma. O primeiro projeto de cooperação no âmbito do acordo deverá consistir no apoio brasileiro ao desenvolvimento de um programa de alimentação escolar em Ruanda. As negociações para lançamento desse projeto encontram-se em estágio avançado, registrando-se a troca de visitas de prospecção de missão ruandesa ao Brasil e de missão organizada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a Ruanda, respectivamente, em março e agosto de 2012.

Reforçando o perfil brasileiro de prestador de cooperação para a região dos Grandes Lagos, o Governo brasileiro realizou, em agosto de 2012, doação no valor de US\$ 100.000,00 ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em favor da ajuda humanitária de emergência ao campo de refugiados Kigeme em Ruanda. Por meio dessa ajuda, o UNICEF

estabelecerá, em parceria com o Ministério de Gestão de Desastres e Assuntos de Refugiados de Ruanda, um Centro para o Desenvolvimento da Primeira Infância (ECD, no acrônimo em inglês).

ASSUNTOS CONSULARES

A Embaixada em Nairóbi é a única representação brasileira em Ruanda. Além do território de Ruanda, a jurisdição da Embaixada inclui a República do Quênia, a República do Burundi e a República de Uganda.

O setor consular do posto presta o apoio necessário à comunidade brasileira nos quatro países. Estima-se cerca de 900 brasileiros na jurisdição da Embaixada.

Não há, no momento, registro de tópico consular relevante envolvendo o Brasil e Ruanda.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registros de empréstimos ou financiamentos concedidos pelo Brasil a Ruanda.

POLÍTICA INTERNA

Com a independência de Ruanda ante o Reino da Bélgica, em 1962, a etnia hutu (84%) assumiu a hegemonia no quadro político interno, em detrimento da elite colonial formada pela etnia tutsi (15%). Esse jogo de forças foi reforçado com o golpe de Estado que, em 1973, levou Juvénal Habyarimana ao poder.

Durante as décadas de 1980 e 1990, Ruanda viveu período de forte estagnação econômica que se refletiu em instabilidade política. Em 1990, a oposição, constituída, principalmente, de refugiados tutsis, aliados a hutus moderados, fundou a Frente Patriótica Ruandesa (FPR), com sede em Uganda, e organizou uma invasão pelo norte de Ruanda, que somente foi reprimida devido ao apoio da França e dos países francófonos vizinhos. Em agosto de 1993, o Presidente ruandês negociou um cessar-fogo com os rebeldes – os Acordos de Arusha. Com vistas a supervisionar a implementação dos acordos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a criação da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR).

Em 1994, a trégua foi bruscamente interrompida após o atentado contra o avião em que viajavam Juvénal Habyarimana e Cyprien

Ntaryamira, Presidente do Burundi. A morte de Habyarimana serviu de estopim para o Genocídio de Ruanda, em que morreram 500 a 800 mil pessoas, a maioria das quais tutsis e hutus moderados. As milícias hutus “Interahamwe” e “Impuzamugambi”, dirigidos pela agremiação política “Akazu”, foram os principais executores do genocídio.

Em meio ao caos predominante no país, a FPR, contando com o suporte dos EUA, reiniciou os seus ataques contra as forças de Kigali, logrando tomar o poder em julho de 1994.

Aproximadamente 2 milhões de hutus que participaram diretamente do genocídio viram-se forçados a fugir em direção aos países vizinhos, o que agravou ainda mais os quadros humanitário e geopolítico na região. Com objetivo de prover a assistência aos refugiados e estabilizar o país, o CSNU aprovou a criação da UNAMIR 2.

No poder, a FPR buscou formar um governo de união nacional, com a nomeação dos hutus Pasteur Bizimungu, para Presidente, e Faustin Twagiramungu, para Primeiro-Ministro. A intenção da FPR foi a coabitação política com o antigo Movimento Republicano Nacional pela Democracia e o Desenvolvimento (MRND), tradicional partido hutu, vinculado ao ex-Presidente Juvénal Habyarimana. Em março de 1999, foram realizadas as primeiras eleições municipais e, em 2003, foi aprovada uma nova Constituição por referendo. Por meio de leis de criminalização da ideologia do genocídio, a Carta veda qualquer partido político que se fundamente em distinções de raça, cor ou gênero e garante, ademais, direito de repatriação a todos os refugiados ruandeses.

Em 2000, com a resignação de Pasteur Bizimungu, Paul Kagame, um dos principais líderes tutsi da FPR, assumiu a presidência por eleição indireta. Kagame é o atual Presidente de Ruanda, tendo sido confirmado no cargo por meio de eleições, em 2003 e 2010, para mandatos de seis anos.

O Presidente Kagame fez da reconciliação nacional e da recuperação da economia do país os principais objetivos de seu governo. Em que pese a existência continuada de tensões fronteiriças – principalmente com a República Democrática do Congo –, Ruanda teve, desde 2000, contínuo crescimento econômico combinado com controle inflacionário.

Embora seja improvável que Ruanda venha a reviver, no médio prazo, os horrores da década de 1990, é preocupante o fato de o país não contar com praticamente nenhuma oposição. Segundo a ONG Human Rights Watch, há em Ruanda frequentes casos de ameaças a vozes dissidentes, principalmente a jornalistas nacionais e estrangeiros. Lembre-se, além disso, que a FPR é uma agremiação de base eminentemente tutsi e a falta de representatividade dos hutus nos altos escalões do Governo pode gerar descontentamento entre determinados segmentos da etnia.

PODER LEGISLATIVO

Há sete partidos políticos representados no Governo da Unidade Nacional: Frente Patriótica Ruandesa (FPR), Partido Social Democrata (PSD), Partido Liberal (PL), Partido Democrata Centrista (PDC), Partido Democrático Ideal (PDI), Partido Socialista Ruandês e União Democrática do Povo Ruandês (UDPR).

O Poder Legislativo em Ruanda é bicameral, composto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. O Senado é formado por 26 Senadores, dos quais 12 são eleitos localmente, 8 são nomeados pelo Presidente da República, 4 são eleitos pelo Fórum de Organização Política e 2 representam instituições de ensino superior. A Câmara dos Deputados é composta por 80 representantes, dos quais 53 são eleitos por voto direto, 24 mulheres são nomeadas por executivos locais e 3 são eleitos por jovens e pessoas portadoras de necessidades especiais. Nas últimas eleições – legislatura 2008-13 –, a FPR obteve ampla maioria, com pouco menos de 80 % dos assentos da Câmara.

POLÍTICA EXTERNA

Ruanda tem seguido uma política externa voltada à obtenção de ajuda internacional e à coordenação de esforços com os países vizinhos, a fim de assegurar a estabilidade em seu entorno regional. A posição estratégica de Ruanda nos Grandes Lagos e o potencial econômico do país constituem atributos atrativos para investidores internacionais.

A comunidade internacional segue apoiando o esforço de reconstrução do país. As relações com a ONU e suas agências especializadas costumam oscilar: se, por um lado, o país depende em larga escala da assistência humanitária fornecida por agências como o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Alto Comissariado para os Refugiados (ACNUR), por outro, não raro manifesta desconforto com as atividades destas mesmas agências no país, alegando interferência em seus assuntos internos.

Ruanda confere grande importância ao relacionamento com os países de seu entorno regional. A guerra civil em Ruanda levou cerca de dois milhões de refugiados hutus – muitos dos quais membros do exército ruandês – a abrigarem-se nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul (na fronteira leste da República Democrática do Congo – RDC), onde entraram em choque com os banyamulenges, grupo local de origem tutsi. Ruanda acabou envolvendo-se na crise interna da RDC, contribuindo, ao

lado de Uganda, para a vitória de Laurent Kabila, em maio de 1997, contra o regime de Mobutu Sese Seko.

Em 30 de julho de 2002, foi assinado, em Pretória, acordo de paz que determinou a retirada das tropas ruandesas do território congolês. Em 23 de março de 2009, foi firmado acordo de paz entre o Governo da RDC e os rebeldes tutsis do Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP, no acrônimo em francês), por meio do qual o CNDP se converteu em partido político e sua facção armada, liderada pelo General Bosco Ntaganda, uniu-se ao exército congolês. Após esse acordo, pacificaram-se as relações com Ruanda, que o Governo de RDC acusava de prestar apoio aos rebeldes tutsi. Nesse contexto, reabrindo-se as Embaixadas em Kigali e Kinshasa, desativadas desde agosto de 1998. Entre 2009 e 2012, houve cooperação entre as forças armadas de ambos os países na região de fronteira, realizada com o intuito de debelar os rebeldes hutus das Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR).

Em abril de 2012, todavia, um grupo de várias centenas de militares liderados pelo Bosco Ntaganda rebelou-se contra o exército congolês, formando o grupo "March 23" (M23), em alusão aos acordos firmados cerca de 3 anos antes. A insurgência do M23 teria sido resposta à decisão do Presidente congolês, Joseph Kabila, de deter Bosco Ntaganda, que possuía contra si mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional por crimes de guerra. O movimento fortaleceu-se desde então, causando intensa deterioração da situação de segurança das províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul. Em julho de 2012, o Grupo de Especialistas da ONU sobre RDC publicou relatório associando o Governo de Ruanda ao M23, o que vem sendo sistematicamente negado por Kigali.

As relações com a Tanzânia, abaladas no início de 1997, após a expulsão de 500 mil refugiados ruandeses daquele país, têm melhorado sensivelmente e tendem a voltar-se cada vez mais para a esfera econômica e comercial, com a consolidação da Comunidade da África Oriental (EAC), que engloba, além de Ruanda e da Tanzânia, o Burundi, Uganda e o Quênia. Em 2010, o bloco deu os primeiros passos em direção ao estabelecimento de um mercado comum na região, com a adesão dos países membros ao Protocolo de Mercado Comum da EAC.

Com a África do Sul, Ruanda tem desenvolvido estreito relacionamento desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 1995. Os acordos bilaterais passam de quatorze, cobrindo diferentes áreas de cooperação, e registra-se expressivo número de visitas de alto nível.

A China ocupa crescente posição nas relações econômico-comerciais, constituindo, atualmente, o terceiro principal destino das exportações ruandesas e ocupando o quarto lugar na origem de importações.

Desde que assumiu a presidência, Kagame buscou cultivar um bom relacionamento com os países ocidentais e organismos internacionais, a fim de angariar investimentos, doações e assistência humanitária. EUA e Reino Unido seguem sendo seus principais doadores internacionais para Ruanda, a despeito de ameaças de corte nos programas de ajuda motivadas por denúncias de perseguição política e de restrição das liberdades fundamentais no país. É digno de nota, ademais, a recente reaproximação de Ruanda com a França, evidenciada pela visita do Presidente Kagame a Paris no início de setembro de 2011. A visita realizou-se em contexto de "normalização" das relações bilaterais, abaladas por inquérito instaurado pela França, em 2006, contra membros da FPR que levava, na ocasião, à ruptura das relações diplomáticas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTO

Segundo as últimas projeções e guardadas as devidas proporções, a economia de Ruanda deverá manter desempenho relativamente bom. Estima-se que seu PIB possa lograr expansão real de até 6,5% em 2012, sendo que o país vem de uma série de bom crescimento: 9%, em 2011, e 7,5%, em 2010.

O intercâmbio comercial total de Ruanda, em 2011, somou US\$ 1,82 bilhão, crescimento de 27% comparado aos valores de 2010. A projeção para 2012 é a de que a corrente comercial fique condicionada a uma expansão de apenas 1,8%. A balança comercial do país é estruturalmente deficitária (US\$ 689 milhões em 2011). Em 2011, as exportações ruandesas somaram US\$ 566 milhões, crescimento de 38% em relação a 2010. Os principais mercados de destino para suas exportações foram Quênia (28% do total); Malásia (15%); China (13%); República Democrática do Congo (11%); Estados Unidos (5%). As importações totais de Ruanda somaram US\$ 1,26 bilhão em 2011, com crescimento de 23% em relação aos valores do ano de 2010. Os principais países de origem das importações ruandesas foram Quênia (18%); Uganda (16%); Estados Unidos (11%); Emirados Árabes (9%); China (6%).

O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em 2007 e 2009, registrou superávit de US\$ 1,7 milhão em 2011.

No acumulado até julho de 2012, o intercâmbio comercial entre os dois países reduziu-se em 45,8% com relação ao mesmo período de 2011, diminuindo de US\$ 838,3 mil (jan-jul/2011) para US\$ 453,1 mil (jan-jul/2012). As exportações diminuíram 50,5% em relação ao mesmo período de 2011, de US\$ 834,3 mil para US\$ 412,6 mil. As importações aumentaram vinte vezes entre janeiro e julho de 2012, de US\$ 2 mil para

US\$ 40,5 mil. O saldo foi superavitário para o Brasil em US\$ 372,2 mil, valor 55,3% inferior ao contabilizado no mesmo período de 2011.

As exportações brasileiras para Ruanda cresceram significativamente nos últimos cinco anos, de US\$ 41,6 mil, em 2007, para US\$ 1,74 milhão, em 2011. Em 2011, as vendas expandiram-se em 10,2% em relação a 2010. Ruanda foi o 43º destino das exportações brasileiras entre os países da África Subsaariana, representando 0,03% do total, bem como ocupa a 183ª posição no ranking dos destinos das exportações brasileiras totais, com participação de 0,001%. A pauta de exportações do Brasil é composta por 100% de manufaturados.

Nos últimos cinco anos, as importações brasileiras originárias de Ruanda oscilaram negativamente. Em 2007, as compras somaram US\$ 526,4 mil. Em 2009, ano de melhor desempenho, as aquisições alcançaram US\$ 875,8 mil. Em 2010, não houve registro de importações. Em 2008 e em 2011, as compras ficaram próximas de US\$ 2 mil em cada ano. Em 2011, Ruanda foi o 39º fornecedor do Brasil entre os países da África Subsaariana, representando 0,00002% do total do Bloco, bem como foi o 203º país fornecedor do Brasil, com representatividade de 0,000001%. À semelhança das exportações, a pauta de importações do Brasil é composta por 100% de manufaturados.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1885:** Congresso de Berlim, o território ruandês fica sob domínio Alemão.
- 1916:** Durante a I Guerra Mundial, Ruanda passa para domínio da Bélgica.
- 1962:** Independência de Ruanda ante o Reino da Bélgica. Marco para ascensão da etnia hutu no quadro político interno.
- 1973:** Golpe de Estado coloca no poder Juvénal Habyarimana
- 1990:** Invasão da Frente Patriótica Ruandesa (FPR) desde Uganda
- 1993:** Assinatura dos Acordos de Arusha
- 1994:** Morte de Habyarimana dá início ao Genocídio de Ruanda
- 2000:** Paul Kagame assume a presidência com a resignação de Pasteur Bizimungu.
- 2003:** Paul Kagame é eleito Presidente de Ruanda
- 2010:** Paul Kagame é eleito Presidente de Ruanda

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1981: Brasil e Ruanda estabeleceram relações diplomáticas

1982: Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Ruandês ao Brasil

2007: Encontro do Ministro Celso Amorim com seu homólogo ruandês em Nova Iorque, à margem da 62ª AGNU

2007: Firmado o Acordo Quadro de Cooperação Técnica

2010: Contrato entre a empresa brasileira "4BK" e o Ministério dos Esportes e da Cultura de Ruanda.

2011 (maio): Visita do então candidato à Direção-Geral da FAO, Dr. José Graziano a Kigali.

2011 (junho): Encontro entre o Ministro Antonio Patriota e o Presidente de Ruanda, Paul Kagame, por ocasião de visita a Nova York para participar da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS.

2011 (junho): Assinado o Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar entre Brasil e Ruanda.

ATOS BILATERAIS

Título	Data Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	29/09/2007	Em ratificação
Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Sudão	24/06/2011	Em vigor

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Ruanda - evolução do comércio exterior

Valores em US\$ milhões

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	245	398	332	409	566
Importações (cif)	802	1.148	969	1.024	1.255
Saldo comercial	-557	-750	-636	-615	-689
Intercâmbio comercial	1.047	1.546	1.301	1.433	1.821

Elaborada pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Interação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, August 2012

BRASIL-RUANDA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 0 7	2 0 0 8	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 1 (jan-jul)	2 0 1 2 (jan-jul)
Exportações brasileiras	41,6	565,4	451,2	1.574,5	1.735,0	834,3	412,6
Variação em relação ao ano anterior	-92,2%	1257,6%	-20,2%	249,0%	10,2%	86,3%	-50,5%
Importações brasileiras	526,4	1,9	875,8	0,0	2,0	2,0	40,5
Variação em relação ao ano anterior	100,0%	-99,6%	44880,8%	-100,0%	100,0%	100,0%	1928,2%
Intercâmbio Comercial	568,1	567,4	1.327,0	1.574,5	1.737,0	836,3	453,1
Variação em relação ao ano anterior	5,8%	-0,1%	133,9%	18,7%	10,3%	86,8%	-45,8%
Saldo Comercial	-484,8	563,5	-424,6	1.574,5	1.733,0	832,3	372,2

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

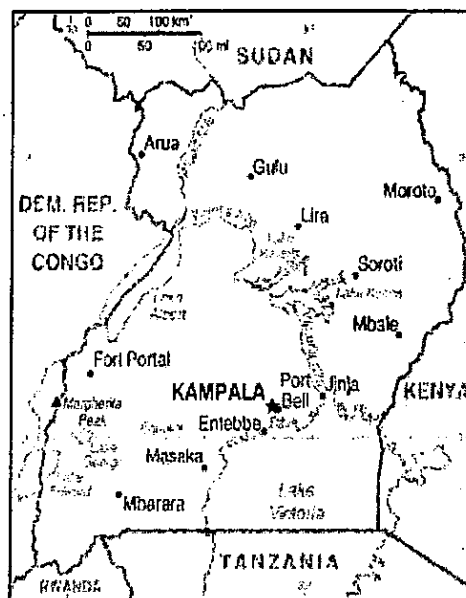
BRASIL-RUANDA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ mil, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Semimanufaturados	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Manufaturados	1.735,0	100,0%	2,0	100,0%
Transações especiais	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	1.735,0	100,0%	2,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE UGANDA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Agosto de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	2
PERFIS BIOGRÁFICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS	4
POLÍTICA INTERNA	8
POLÍTICA EXTERNA	12
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	15
ANEXOS	19
CRONOLOGIA HISTÓRICA.....	19
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	21
ATOS BILATERAIS.....	22
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	23

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Uganda
GENTÍLICO	Ugandense
CAPITAL	Campala (1,6 milhões de habitantes – equivalente à população de Recife)
ÁREA	241.038 km ² (aproximadamente do tamanho do estado do Piauí - 197.000 km ²)
POPULAÇÃO (2011)	35,8 milhões (aproximadamente o dobro da população do estado de Minas Gerais – 19 milhões)
IDIOMAS	Inglês (oficial); luganda, swahili
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristã Protestante (42%); Cristã Católica (41,9%); islâmica (12,1%); outras (3,1%); sem religião (0,9%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo Misto
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembléia Nacional
CHEFE DE ESTADO	Presidente Yoweri Kaguta Museveni (desde 26/01/1986)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Sam Kahamba Kuteesa (desde 13/01/2005)
PIB nominal (2011)	US\$ 16,8 bilhões (Brasil US\$2,5 trilhões)
PIB PPP (2011)	US\$ 46,7 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (2011)	US\$ 487
PIB PPP <i>per capita</i> (2011)	US\$ 1354
VARIAÇÃO DO PIB (%)	6,7% (2011); 5,6% (2010); 3,9% (2009); 10,4% (2008); 8,1% (2007)
IDH	0,446 (161ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA	54,1 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	71,4%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	3,6% (fonte: Uganda Bureau of Statistics)
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim ugandense US\$ 1 = 2490,2 UGX
EMBAIXADOR EM UGANDA	Ana Maria Sampaio Fernandes (residente em Nairóbi)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Perezi K. Kamunanwire (residente em Washington)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	900 brasileiros na área de jurisdição da Embaixada em Nairóbi (compreende também Ruanda, Burundi e Quênia).

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL ⇒ UGANDA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan-jul)
Intercâmbio	1,93	3,60	4,39	3,09	3,97	3,01	3,58	5,22	9,26	3,89
Exportações	1,90	3,60	4,39	2,46	2,46	2,66	3,49	4,89	8,88	3,62
Importações	0,03	---	---	0,63	0,68	0,35	0,09	0,33	0,37	0,27
Saldo	1,86	3,60	4,39	1,83	2,60	2,31	3,40	4,56	8,51	3,34

PERFIS BIOGRÁFICOS

YOWERI KAGUTA MUSEVENI

Presidente

Yoweri Museveni nasceu em Ntungamo, Uganda, em 1944. Graduou-se em Economia e Ciência Política na Universidade de Dar Es Salam, Tanzânia. Durante a juventude, adotou o marxismo e os ideais pan-africanos. Formou a Frente Africana Revolucionária dos Estudantes Africanos e esteve em Moçambique, onde recebeu treinamento de guerrilha da FRELIMO.

Em 1970, ingressou no serviço de inteligência do Presidente ugandense Milton Obote. Em 1971, quando Idi Amin assumiu o poder por meio de um golpe de estado, Museveni exilou-se na Tanzânia, junto com Obote. Em 1978, ano em que Idi Amin ordenou a invasão da Tanzânia, Museveni e outros exilados e rebeldes ugandenses criaram a Frente de Libertação Nacional de Uganda (UNFL). Em abril de 1979, com a deposição de Idi Amin pela aliança formada pela UNFL e o exército tanzaniano, Museveni tornou-se Ministro da Defesa. Em 1980, com a deposição do então Presidente Yusuf Lule, Museveni foi transferido para a pasta da Cooperação Regional e, em seguida, tornou-se Vice-Chefe da Comissão Presidencial, que convocou eleições nacionais.

Em 1986, à frente de tropas insurgentes, Museveni depôs o Presidente Okello, e assumiu o controle do país. Em maio de 1996, nas primeiras eleições sob seu comando, foi eleito Presidente, cargo para o qual seria reeleito em 2001. Foi reeleito Presidente sucessivamente em 2006 e em 2011, graças a emenda na Constituição que permitiu a reeleição para o cargo por mais de uma vez.

O Presidente Yoweri Museveni esteve no Brasil em três oportunidades, para eventos multilaterais. Em 1992, participou da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente, em 2004, da XI Conferência da UNCTAD, em São Paulo, e, em março de 2010, do V Foro Urbano Mundial (UN-Habitat), realizado no Rio de Janeiro.

SAM KAHAMBA KUTESA
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Sam Kutesa nasceu em 1º de fevereiro de 1949. Graduiu-se em Direito pela Universidade Makerere, em 1973. Em 1974, fez curso de pós-graduação em Prática Legal. Em 1980, foi eleito membro do Parlamento de Uganda. Em 1985, foi nomeado Ministro da Justiça. Em 1994, foi eleito membro da Assembléia Constituinte. Em 1996, ainda como membro do Parlamento, tornou-se Ministro das Finanças, Planejamento e Desenvolvimento Econômico. É Ministro dos Negócios Estrangeiros de Uganda desde 2005.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Uganda em 1970. A representação brasileira junto ao Governo de Kampala faz-se por cumulatividade com a Embaixada em Nairóbi, enquanto a missão diplomática ugandense em Washington responde pelas relações com Brasília. O governo ugandense, contudo, tem sinalizado, mais recentemente, sua intenção de abrir embaixada em Brasília.

O relacionamento entre os dois países é ainda pouco denso. Houve raras visitas bilaterais de alto nível, como a do Ministro de Cooperação e Comércio de Uganda, Yona Kanyomozi, em junho de 1984. A três vindas do Presidente Museveni ao Brasil deram-se no contexto de grandes eventos multilaterais (Conferência do Rio sobre Meio Ambiente, 1992; XI Conferência da UNCTAD, 2004; e V Foro Urbano Mundial (UN-Habitat), 2010).

Existem, contudo, campos propícios para futuras iniciativas, já tendo ambos os países intercambiado diversas missões de caráter técnico. Em outubro de 2007, o Brasil ofereceu, de comum acordo com o Governo queniano, duas vagas a candidatos ugandenses para participar de curso no *Kenya Wildlife Service* sobre prevenção e combate a incêndio florestal, ministrado por oficiais do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro e promovido em conjunto com o Itamaraty (ABC).

Em outubro de 2008, missão integrada por especialistas da EMBRAPA e da Rede Interuniversitária de apoio ao Setor Sucro-Alcooleiro (RIDESA) visitaram Quênia, Uganda e Ruanda para discutir zoneamento agrícola e produção de etanol com base na cana-de-açúcar. A missão encontrou-se com altas autoridades governamentais, técnicos e representantes do setor privado, além de ter realizado visitas de campo a empreendimentos do setor sucro-alcooleiro. A Embaixadora do Brasil no Quênia (Embaixadora não-residente em Uganda) visitou Campala nos dias 13 e 14 de outubro daquele ano para acompanhar a referida missão, aproveitando o ensejo para encontrar-se com o Ministro de Negócios Estrangeiros, Sam Kutesa, e também com o Ministro da Agricultura e com o Ministro da Energia de Uganda.

Em novembro de 2008, a Ministra de Água e Meio Ambiente de Uganda, Maria Mutagamba, participou do Segmento Intergovernamental de Alto Nível da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizado em São Paulo.

Em agosto de 2009 foi realizada missão de estudos composta por técnicos da área de energia dos Governos de Uganda e Ruanda, organizada pela ABC, com o objetivo de conhecer a experiência brasileira em biocombustíveis. A missão realizou visitas à Embrapa em Campinas, à Universidade Federal de São Carlos, ao Instituto Agrônomo de Ribeirão

Preto, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e à Universidade Católica de Petrópolis.

Em novembro de 2009, missão do Comitê Parlamentar de Assuntos Presidenciais de Uganda visitou Brasília a fim de conhecer o quadro legal e institucional brasileiro em relação ao tratamento dos denunciantes de corrupção. A missão foi chefiada por Menhya Gerald, Presidente do Comitê de Assuntos Presidenciais de Uganda, e realizou visitas à Controladoria-Geral da União (CGU), à Secretária Especial de Direitos Humanos (SEDH/PR) e à Câmara dos Deputados.

Em maio de 2010, o Ministro da Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Hope Mwesigye compareceu à Reunião de Ministros da Agricultura do Brasil e da África (Diálogo Brasil – Países Africanos em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural), em Brasília.

Em julho de 2010 foi organizado, em Campala, o seminário “Pro-Renova” de difusão da tecnologia de biocombustíveis brasileira. A realização do seminário deu continuidade aos contatos iniciados em 2008.

No plano político, vale ressaltar que, em dezembro de 2010, os Diretores do Departamento da África e do Departamento de Organismos Internacionais do Itamaraty mantiveram consultas políticas em Campala com seus correspondentes ugandenses para Américas e Assuntos Multilaterais, ocasião em que intercambiaram percepções sobre os principais temas das agendas internacional e bilateral.

Desdobramentos mais recentes

Em setembro de 2011, foi assinado entre os dois países o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, que está sendo encaminhado ao Congresso Nacional para ratificação.

Mais recentemente, Uganda tem demonstrado interesse em intensificar a cooperação com o Brasil. O país já manifestou sua intenção de participar do Programa "Mais Alimentos África" (MAF) e também de receber cooperação esportiva e capacitação de treinadores de futebol com vistas à participação do país nos jogos olímpicos de 2016. Destaca-se também a participação em projeto de cooperação triangular entre a ABC, o PNUD e a

agência japonesa de cooperação (JICA) para desenvolvimento de capacidades de gestão da cooperação técnica internacional. Uganda também manifestou interesse na cooperação com o Brasil para o cultivo do algodão, em projeto estruturante em fase de elaboração pela ABC, que deverá englobar ainda o Burundi, o Quênia e a Tanzânia.

Vale registrar que o novo plano de governo do Presidente Museveni, reeleito em fevereiro de 2011, define os setores de infra-estrutura e desenvolvimento social como os mais estratégicos para a modernização de Uganda e prevê que eles sejam contemplados em projetos estruturantes com vistas a tornar Uganda um “país de renda média” em 2040. Esses objetivos de governo representam potenciais oportunidades de negócios e de cooperação bilateral com o Brasil, país que fomenta diversos projetos de infra-estrutura básica na África e que desenvolveu reconhecida experiência em políticas de desenvolvimento social.

Em março de 2012, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi realizada missão de estudos de alto nível ao Brasil para conhecer as políticas adotadas para a implementação de serviços de proteção social. Integraram a missão Ministros de Estado de áreas sociais e correlatas.

Em abril de 2012, realizou-se em Campala a 126ª Assembleia da União Interparlamentar. Na ocasião, a Presidente do Parlamento de Uganda, Rebecca Kadaga, manteve encontro com o chefe da delegação brasileira, deputado Átila Lins. Durante o encontro, os dois parlamentares concordaram em analisar áreas em que os dois países poderiam estreitar a cooperação. A senhora Kadaga apresentou proposta de Memorando de Entendimento de cooperação parlamentar.

Em junho de 2012, a Ministra do Meio Ambiente ugandense, Flavia Munaaba esteve no Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Assuntos consulares

O Brasil não possui representação diplomática residente em Uganda; portanto, questões consulares relativas ao país estão a cargo da Embaixada em Nairóbi. A jurisdição da Embaixada inclui, além de Quênia e Uganda, a República Ruandesa e a República do Burundi. O setor consular do posto presta o apoio necessário à comunidade brasileira nos quatro países. Estima-se cerca de 900 brasileiros na jurisdição da Embaixada.

O Senhor Paul Mugambwa é o atual Cônsul Honorário do Brasil em Campala.

Não há, no momento, registro de detentos brasileiros em Uganda. Tampouco há registro de tópico consular relevante envolvendo o Brasil e Uganda.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registros de empréstimos ou financiamentos concedidos pelo Brasil a Uganda.

POLÍTICA INTERNA

Sistema político

A Constituição de Uganda, promulgada em 1995, define o país como uma República Democrática. O Presidente da República exerce as funções de Chefe de Estado e de Governo, além de ser o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas. O país conta ainda com um Primeiro-Ministro, nomeado pelo Presidente. Na prática, porém, o Primeiro-Ministro submete-se ao Presidente, atuando principalmente como um gestor de governo. Cabe ao Presidente definir as linhas de ação governamental e tomar as decisões políticas mais importantes.

O Legislativo é unicameral. A Assembléia Nacional é, atualmente, composta por 388 deputados, dos quais 238 são eleitos diretamente. Cada distrito ugandense (atualmente 112) elege ainda uma mulher para representá-lo. Há também 10 representantes das Forças Armadas, 5 representantes dos jovens, 5 representantes dos portadores de necessidades especiais, 5 representantes de trabalhadores e 13 membros *ex-officio*. Essa última categoria inclui os Ministros e Vice-Presidente do país, caso não sejam também membros do Parlamento. Os membros *ex-officio*, embora possam participar das deliberações, não têm direito a voto no Parlamento.

Os membros do Parlamento são eleitos para uma legislatura de 5 anos. Atualmente, o Parlamento encontra-se em sua 9ª legislatura, que se iniciou em 2011 e deverá terminar em 2016.

Breve histórico

Após a Conferência de Berlim de 1884, o território ao norte das margens do Lago Vitória foi declarado protetorado britânico. Em 1902, a região foi desmembrada em Uganda e Quênia. A partir de então, intensificou-se a exploração colonial do território, que exportava para a Inglaterra principalmente algodão e café. Diversamente do Quênia, Uganda não acolheu número significativo de colonos europeus, mas de mão-de-obra proveniente de outras partes do Império Britânico, sobretudo da Índia. Esses imigrantes forçados foram responsáveis pela construção da infra-estrutura e administração da colônia.

Em 1962, Uganda tornou-se independente da Inglaterra. O primeiro governo após a independência foi formado por uma coalizão entre líderes do Sul e do Norte do país, com a nomeação do Rei Edward Muteesa (da etnia Bantu, predominante no Sul) para o cargo de Presidente, e Milton Obote (da tribo Langui, no Norte) para Primeiro-Ministro. Ao tentar instituir um regime de partido único, com o objetivo de eliminar o tribalismo, o Primeiro-Ministro Obote entrou em conflito com o Presidente. Em 1966, com o apoio do Exército, Obote suspendeu a Constituição, que assegurava considerável autonomia aos diversos reinos tribais. Nesse mesmo ano, Obote tomou o poder. A resistência de Muteesa ao golpe foi reprimida pelo Exército, então sob o comando do General Idi Amin Dada.

Em 1971, Idi Amin, que vinha concentrando cada vez mais poder em suas mãos, depôs Obote. Uma das primeiras medidas do Governo de Idi Amin consistiu na deportação em massa da população de origem indiana (elite comercial do país) e no subsequente confisco de suas propriedades. Valendo-se de um populismo xenófobo que explorava as rivalidades étnicas, e apoiado por uma guarda de militares oriundos de sua etnia (Kakwa), o mandatário consolidou-se no poder, chegando a angariar altos índices de popularidade por curto período.

Durante sua gestão, o cenário político foi pontuado por assassinatos de membros da oposição, pela perseguição de líderes religiosos cristãos (Idi Amin era muçulmano, num país onde mais de 80% da população professam o cristianismo) e por ataques armados contra tribos rivais, como o grupo dos Langui, do Presidente deposto Milton Obote. Em 1979, uma disputa de fronteira com a Tanzânia, que havia concedido asilo a Obote e jamais reconheceu o governo instalado em Campala, resultou na invasão de Uganda

por tropas tanzanianas e refugiados ugandenses. Idi Amin exilou-se na Arábia Saudita, deixando, como saldo de seus nove anos no poder, mais de 300 mil mortos.

As forças invasoras instalaram novo governo em Campala, sob a égide da Frente Nacional de Libertação de Uganda, liderada por Yusuf Lule, figura proeminente nos meios tribais da região sul do país. Inconformadas com a perda de espaço político, as etnias da região norte, área de influência de Milton Obote, formaram o Novo Exército Nacional de Libertação de Uganda (UNLA), que logo assumiu o controle e depôs Lule. Uma comissão militar assumiu o poder e organizou eleições presidenciais em 1980, que levaram à recondução de Milton Obote à Presidência. Um dos candidatos derrotados, Yoweri Museveni, não aceitou o resultado do pleito (considerado por observadores da Commonwealth como "bastante satisfatório") e deflagrou uma guerrilha contra o Governo instituído, à frente do Exército de Resistência Nacional (NRA).

O segundo Governo de Obote, tal como o primeiro, dependeu do apoio do Exército (UNLA), uma vez que o mandatário não foi capaz de angariar consenso entre as diversas facções tribais do país. Por outro lado, o movimento guerrilheiro de Museveni passou a aglutinar número crescente de opositores ao regime. Como resultado dos combates, estima-se que o número de vítimas tenha ultrapassado o do período de Idi Amin. Em julho de 1985, o Exército, desgastado com a luta de guerrilha, ocupou Campala e depôs Obote, que se refugiou na Zâmbia.

O Conselho Militar liderado pelo General Tito Okello assumiu o poder e tentou iniciar negociações de paz com o NRA. Este, por sua vez, recusou-se a dialogar com os militares, tidos como colaboradores de Obote e responsáveis pelo massacre de milhares de civis. Em janeiro de 1986, tropas do NRA invadiram Campala, que foi dominada após violentos conflitos. O Conselho Militar foi dissolvido e Museveni, empossado Presidente, à frente do Conselho de Resistência Nacional (CRN), formado pela cúpula da guerrilha vitoriosa e por elementos de seu braço político, o Movimento de Resistência Nacional (MRN).

Quadro recente

A vida política de Uganda tem sido dominada, há vinte anos, pela figura de Yoweri Museveni, Presidente da República desde 1986. No início de sua gestão à frente do país, Museveni proscreveu os partidos políticos, com a exceção de seu partido, o Movimento de Resistência Nacional (MRN). Embora houvesse prometido convocar eleições dentro de cinco anos (1991), o Governo permaneceu no poder por um quinquênio adicional e convocou eleições apenas em 1996.

Em 1994, uma Assembléia Constituinte iniciou os trabalhos de elaboração de nova Constituição, promulgada em outubro de 1995. Em maio de 1996, realizaram-se eleições presidenciais, com a vitória esmagadora de Museveni. Dois meses depois, as eleições legislativas confirmaram a ampla maioria parlamentar do MRN.

Em referendo realizado em junho de 2000, o Presidente e seu partido conseguiram apoio suficiente para concorrerem a um segundo mandato, obtido em 2001, e para que não se adotasse o multipartidarismo.

Em 2005, novo referendo foi realizado e instaurou-se o multipartidarismo no país. Museveni logrou obter do Parlamento o fim do dispositivo constitucional que limitava o instituto da reeleição a uma única vez. Em 2006, Museveni apresentou-se como candidato, e venceu as eleições, para novo mandato de cinco anos. Em fevereiro de 2011, Museveni reelegeu-se mais uma vez, em processo eleitoral pacífico. O pleito foi definido sem necessidade de segundo turno, tendo Museveni obtido 68% dos votos, contra 26% do principal candidato da oposição, Kizza Besigye, o qual perdeu pela terceira vez consecutiva para Museveni. Observadores internacionais e ONG's registraram a ocorrência de algumas irregularidades no último pleito, que, contudo, foi considerado um grande avanço em relação às eleições de 2006.

Ao cabo de mais cinco anos de mandato, Museveni terá completado trinta anos no comando de Uganda. Sua reeleição foi interpretada pelos países vizinhos como elemento favorável à manutenção da paz e da relativa estabilidade regional, com a continuidade da presença de forças ugandenses na Somália.

Entre os principais desafios internos de Museveni figuram os altos índices de desemprego, corrupção e exploração predatória de recursos naturais. A seu favor, Museveni poderá utilizar receitas advindas das recentes

descobertas de petróleo na fronteira com a República Democrática do Congo (RDC). De acordo com autoridades locais, as reservas ugandenses poderiam passar dos 2,5 bilhões de barris. Em junho de 2012, foi anunciada a existência de contratos com 5 multinacionais para a exploração de petróleo: Tullow Uganda, China's National Oil Corporation (CNOOC Uganda), Total E&P Uganda Dominion Petroleum e Neptune Petroleum.

A insatisfação pela elevação do custo de vida em Uganda nos últimos meses tem sido capitalizada pela oposição, que vem organizando uma série de manifestações em Campala e em outras cidades do país. O líder oposicionista Kizza Besigye, derrotado nas eleições de fevereiro de 2011, convocou a população, em abril de 2011, a realizar protesto pacífico contra a alta dos preços de alimentos e dos combustíveis e contra a ampliação dos gastos do Governo. Até o momento, intervenção repressiva do Governo tem desestimulado maior adesão a manifestações.

POLÍTICA EXTERNA

Até o golpe de estado liderado por Idi Amin Dada, em 1971, a política externa ugandense pautava-se pela manutenção de fortes vínculos com o Reino Unido e pela aproximação com o Quênia e com a Tanzânia. Durante o governo de Idi Amin, ocorreu progressivo isolamento internacional de Uganda, bem como a deterioração do relacionamento com os países vizinhos.

A partir de 1986, com a nomeação de Museveni para a Presidência e a pacificação do país, Uganda passou a concentrar esforços na recuperação econômica, adotando uma política externa de aproximação com os países ocidentais, principalmente com os grandes doadores.

Em novembro de 1999, Uganda assinou, junto com Quênia e Tanzânia, o Protocolo para a formação de União Aduaneira da Comunidade da África Oriental (EAC). Essa organização foi constituída em 1967, desfeita dez anos depois e finalmente restabelecida em 1999. Em 2007, Burundi e Ruanda aderiram ao bloco. Na presidência de Uganda, Museveni manteve persistente posição em favor da integração econômica regional. Dada sua condição de “locked land”, é compreensível que o país adote tal política. Uganda importa a maioria de seus bens de consumo e ainda não possui autossuficiência energética. A manutenção de rota de comércio junto ao Oceano Índico é

preocupação estratégica que antecede a independência do país. Por esta razão, as relações com o Quênia constituem tema de grande sensibilidade desde a construção da ferrovia Mombaça-Kampala, ainda no início do protetorado britânico.

Além da EAC, Uganda é um dos seis membros da Autoridade Intergovernamental sobre Desenvolvimento (IGAD, na sigla em inglês), foro que tem desempenhado papel de relevo na mediação política no Sudão, Somália e Eritreia.

Embora atualmente Uganda mantenha boas relações com seus vizinhos, e seja considerada, ao lado de Quênia e Tanzânia, um foco de estabilidade regional, a história recente do país registrou grande instabilidade nas relações com os países vizinhos. Uganda envolveu-se na guerra civil da RDC, que durou de 1998 a 2003. Em dezembro de 2005, a Corte Internacional de Justiça considerou ter havido invasão do território da RDC por forças de Uganda, com violação de direitos humanos e pilhagem de recursos pelas tropas ugandenses.

As relações com o Sudão chegaram a ser rompidas nos anos 1990, em meio a acusações mútuas de apoio a grupos contrários aos respectivos Governos. Em dezembro de 2002, Uganda e Sudão assinaram um acordo de paz que determinou o restabelecimento de relações diplomáticas e a suspensão do apoio a grupos rebeldes. Especula-se que antes dos acordos de paz entre o norte e o sul do Sudão, o “Exército de Resistência do Senhor” (em inglês, Lord’s Resistance Army - LRA) recebia suporte militar de Cartum, ao passo que o Governo de Uganda apoiava o “Movimento de Liberação do Povo do Sudão” (SPLM). Com a implementação dos acordos de paz, nos quais Uganda teve papel de destaque, Cartum ter-se-ia distanciado do LRA, o que, somado à pressão de Uganda e do Sudão do Sul, enfraqueceu o movimento, que perdeu bases e apoio logístico.

Nacionais de Uganda têm forte presença na economia do Sudão do Sul, um dos motivos que explicam o interesse do país pela estabilização da região e que levaram o governo ugandense a apoiar uma solução pacífica das pendências entre os dois países.

Em 2009, Uganda foi eleito para mandato de dois anos como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU. Cabe registrar que se encontra em estudo pelas Nações Unidas o estabelecimento de centro

de serviços regional das Nações Unidas em Entebe (distrito limítrofe a Campala onde se encontra o principal aeroporto do país), destinado a prestar apoio logístico às missões de paz no continente.

As relações com os vizinhos ainda apresentam, por vezes, pontos de tensão, com a descoberta de recursos naturais importantes em regiões de fronteira disputadas. Em março de 2009, por exemplo, ocorreram tensões diplomáticas com o Quênia relativas à posse e à soberania da ilha de Migingo, no Lago Vitória. No entanto, no mesmo ano, houve uma melhora no relacionamento com a RDC, o que conduziu ao restabelecimento completo das relações diplomáticas entre os dois países.

A política externa de Uganda tem-se beneficiado largamente da estabilidade político-econômica alcançada nos últimos anos. Esta situação, que a distingue de vários de seus vizinhos regionais, chegou a fazer da gestão Museveni um modelo para a África, granjeando-lhe significativa projeção internacional.

Em junho de 2010, Campala sediou a Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional e, em julho subsequente, a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Africana. Uganda é membro da ONU e de várias agências associadas, bem como membro fundador da União Africana. Também pertence ao Movimento de Países Não-Alinhados, ao Grupo dos 77, e à Organização da Conferência Islâmica. Uganda lidera, com o apoio do Burundi, a missão de paz da União Africana na Somália (AMISOM), onde seus soldados combatem grupos insurgentes, alguns deles ligados à al-Qaeda, notadamente o “Al-Shabab”. Em julho de 2010, como retaliação ao engajamento ugandês em favor da estabilização daquele país, o “Al-Shabab” perpetrado atentado terrorista em Campala, que resultou em dezenas de vítimas.

Campala constitui importante ponto de observação de focos de tensão na região, como o processo político no Sudão do Sul; a atuação LRA; a ação de milícias no leste da RDC; o relacionamento ainda não desprovido de tensões entre Ruanda e a RDC, apesar do Acordo de Paz de 2008; e o processo de pacificação entre hutus e tutsis em Ruanda e no Burundi, após o genocídio de 1994.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Uganda conta com importantes recursos naturais, como solos férteis, chuvas regulares e consideráveis depósitos minerais de cobre e cobalto. O país possui reservas ainda não exploradas de petróleo e gás natural.

Após um período de crescimento anual médio de 4%, entre 1965 e 1971, a economia ugandense entrou em colapso durante a administração de Idi Amin, registrando contração de 20% do PIB. A partir de 1986, o Governo de Yoweri Museveni procurou recuperar a economia, com o apoio de países desenvolvidos e agências internacionais.

Nos últimos anos, a economia de Uganda tem crescido rapidamente. A retomada econômica deve-se, segundo analistas, às reformas econômicas realizadas pelo Governo e ao recente estímulo à produção e exportação de produtos processados. Em 2008, apesar da crise mundial e instabilidade regional, Uganda logrou crescer 10,4%. Em 2011, o país cresceu 6,7% e a taxa estimada para 2012 é de 5,3%. Os setores que lideram o crescimento econômico são: construção civil, telecomunicações, serviços financeiros e, principalmente, a indústria petrolífera. Prevê-se para 2016, com o início da extração em escala comercial de petróleo, que as taxas de crescimento anuais do país deverão atingir os dois dígitos.

A inflação foi controlada, baixando dos 240% registrados em 1986 para 14,3% em 2011, com perspectiva de queda para cerca de 8% em 2012 e 2013. O bom desempenho econômico dos últimos anos beneficiou-se, ainda, dos investimentos em infraestrutura, dos incentivos à produção e do retorno do empresariado de origem hindu, que fora forçado a deixar o país durante o regime de Idi Amin.

O crescimento econômico, contudo, não tem contribuído significativamente para a redução da pobreza. Entre 2000 e 2003, os níveis de pobreza teriam aumentado 3,8%. Em 2011, a despeito do bom desempenho da economia ugandense, grupos de manifestantes foram às ruas para protestar contra o aumento do custo de vida, sobretudo a alta dos preços dos alimentos.

A agricultura, que, em 2007, ocupava cerca de 80% da população economicamente ativa, perdeu a liderança na participação do Produto Interno Bruto para o setor de serviços, responsável por 52% do PIB nacional. Mesmo

assim, o café continua sendo o principal produto de exportação, seguido por pescado e seus subprodutos, e pelo chá, tabaco, algodão e milho. O setor industrial é pouco desenvolvido, representando apenas 10% do PIB. As atividades industriais compreendem o processamento de produtos agrícolas, mineração e indústrias básicas como têxteis, móveis, bebidas e materiais de construção. O setor de serviços engloba as atividades comerciais, transportes, construção civil e serviços públicos, inclusive o aparato governamental. O turismo, que chegou a ser a terceira fonte de recursos externos do país, voltou a expandir-se, com a melhoria da rede hoteleira e da infraestrutura de transportes.

A balança comercial de Uganda é estruturalmente deficitária (US\$ 2,17 bilhões em 2011), refletindo, por um lado, a pauta de exportações pouco diversificada, dependente de produtos como o café, e, por outro, a necessidade de importação de insumos energéticos e industriais, além de bens de consumo. Segundo dados do Banco Mundial, em 2011, a ajuda oficial ao desenvolvimento foi equivalente a 25% da importação de bens e serviços do país e correspondeu a 10% da Renda Nacional Bruta. Em 2011, o comércio exterior de Uganda somou US\$ 6,22 bilhões, crescimento de 22,2% em relação a 2010. Projeta-se crescimento de 11% em 2012.

Em 2011, as exportações de Uganda somaram US\$ 2,02 bilhões, crescimento de 14,7% em relação a 2010. Os principais mercados de destino para suas exportações foram: Sudão (15,1%); Quênia (10,1%); Ruanda (8,4%); Emirados Árabes (7,9%); República Democrática do Congo (7,7%).

As importações de Uganda somaram US\$ 4,19 bilhões em 2011, crescimento de 26,2% em relação a 2010. Os cinco principais países de origem das importações ugandenses foram: Quênia (15,2% do total); Emirados Árabes (14,2%); Índia (10,3%); China (9,4%); e África do Sul (5,7%).

Os principais itens da pauta de exportação têm sido o café, chá, mate e especiarias (40% do total), peixes e crustáceos (15%), plantas vivas, produtos de floricultura (6,8%), pérolas, pedras preciosas e semipreciosas (6%), cacau e seus derivados (4,6%) e algodão (2,2%). Quanto às importações, destacam-se máquinas, aparelhos e materiais elétricos (18,3%), caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (14,1%), produtos farmacêuticos (12%), veículos automóveis, tratores, ciclos (11,7%).

Cabe recordar a participação de Uganda na Comunidade da África Oriental (EAC), a qual, a partir de 1º de julho de 2010, passou a constituir um mercado comum e possui metas ambiciosas, como o estabelecimento de uma união monetária. A EAC deverá criar novas oportunidades para a economia ugandense, tendo em conta sua condição geográfica, que faz do país um liame entre as sub-regiões central e oriental da África.

As atividades agrícolas em Uganda vêm contando cada vez mais com o auxílio de novas tecnologias. Até os celulares têm sido utilizados no país em favor da economia agrícola; o serviço “Amigo do fazendeiro”, por exemplo, envia por mensagens de texto preços de mercado e informações agrícolas atualizadas.

Uganda é um dos primeiros países africanos a favorecer a produção de alimentos essenciais biofortificados – com níveis mais elevados de micronutrientes. Nos últimos quatro anos, cerca de 50 mil agricultores ugandenses já teriam adotado a biofortificação, sobretudo na cultura de batata doce enriquecida com vitamina A. Os alimentos biofortificados visam combater a desnutrição no país. Prevê-se que, até 2022, 10 milhões de pessoas consumam regularmente batata doce fortificada em Uganda. Os críticos dessa política, porém, denunciam que o preço mais elevado do alimento biofortificado limita o consumo a quem pode pagar mais caro por ele.

Vale mencionar que, em abril de 2011, entrou em fase de implementação projeto da FAO que beneficiará Uganda, Quênia, Burundi, Tanzânia, Etiópia e Somália. O programa, intitulado "Climate change adaptation and mitigation for communities in drylands regions", visa, em dois anos de trabalhos, reforçar a resiliência de populações de regiões áridas e semi-áridas, por meio do aumento da produtividade da agricultura e da pecuária, da agregação de valor à produção local e da boa administração dos recursos naturais.

Intercâmbio Comercial Bilateral

O intercâmbio comercial entre o Brasil e Uganda é ainda muito modesto. Registra-se, no entanto, tendência de crescimento nos últimos anos. O fluxo de comércio entre o Brasil e Uganda cresceu 132,8% entre 2007 e 2011 (de US\$ 3,98 milhões para US\$ 9,26). Em 2011, ano em que houve o melhor desempenho, o fluxo cresceu 77,3% em relação a 2010. Uganda foi o

36º parceiro do Brasil entre os países da África Subsaariana (0,1% do comércio brasileiro com a região) e o 164º parceiro comercial do Brasil no mundo.

O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil. As importações brasileiras originárias de Uganda têm pouca representatividade. Nos últimos três anos, os superávits brasileiros foram de US\$ 3,40 milhões em 2009, de US\$ 4,57 milhões em 2010, e de US\$ 8,52 milhões em 2011.

No acumulado até julho de 2012, os fluxos comerciais reduziram-se 21% em relação ao mesmo período de 2011 (de 4,93 milhões para US\$ 3,89 milhões). As exportações brasileiras diminuíram 20,7% (de US\$ 4,57 milhões para US\$ 3,62 milhões). As importações brasileiras reduziram 24,5% (de US\$ 361 mil para US\$ 273 mil). O saldo comercial, apesar de superavitário para o Brasil, diminuiu 20,4% (de US\$ 4,21 milhões para US\$ 3,35 milhões).

Nos últimos cinco anos, as exportações brasileiras para Uganda cresceram 170,1%, aumentando de US\$ 3,29 milhões em 2007 para US\$ 8,89 milhões em 2011. Em 2011, as vendas brasileiras cresceram 81,7% em relação a 2010. Uganda foi o 34º destino das exportações brasileiras entre os países da África Subsaariana (0,13% do total para a região) e o 158º no mundo (0,003% do total). Os itens manufaturados correspondem a 67,3% do total da pauta, os semimanufaturados, a 23,6%, e os básicos, a 9,0%.

As importações brasileiras originárias de Uganda diminuíram 46,1%, de US\$ 686 mil, em 2007, para US\$ 370 mil, em 2011. No entanto, as importações brasileiras totais cresceram 12,7% em 2011 em relação a 2010. O país foi o 24º fornecedor do Brasil entre os países da África Subsaariana (com representatividade de 0,003% do total importado da região) e o 149º no mundo (0,0002% do total importado pelo Brasil). Os itens manufaturados correspondem a 67,9% do total da pauta e os semimanufaturados a 32,1%.

Os principais produtos exportados pelo Brasil, além de pneus e bombas de combustível para automóveis, são implementos e insumos para a agropecuária. As principais importações, por sua vez, consistiram em óxidos e hidróxidos de níquel e papel e derivados.

ANEXOS

Cronologia Histórica

1962: Uganda torna-se independente com Edward Muteesa como Presidente e Milton Obote como Primeiro-Ministro.

1966: Milton Obote suspende a Constituição, que assegurava a autonomia tribal e toma o poder.

1967: Nova Constituição centraliza o poder nas mãos do Presidente.

1971: Chefe do Exército, Idi Amin Dada, depõe Milton Obote e assume o poder. Sua gestão é marcada por assassinatos, perseguições religiosas e ataques armados contra tribos rivais.

1979: Em uma disputa fronteiriça com a Tanzânia, o território de Uganda é invadido pela Tanzânia e refugiados ugandenses que formaram a Frente Nacional de Libertação de Uganda. Amin exile-se na Líbia e na Arábia Saudita, onde morre em 2003.

1980: Milton Obote vence eleições presidenciais e retorna à presidência do país.

1985: Obote é deposto por um golpe militar e é substituído por Tito Okello

1986: Rebeldes do "Exército de Resistência Nacional" (National Resistance Army) tomam Campala e instalam Yoweri Museveni como Presidente.

1993: Museveni restaura os reinos tradicionais, mas sem poderes políticos.

1995: Nova Constituição é promulgada, adotando o sistema de partido único.

1996: Museveni é eleito Presidente pelo voto direto.

Jun/ 2000: Em referendo, ugandenses rejeitam o multipartidarismo, em favor do sistema de partido único de Museveni.

Jan/2001: A Comunidade da África Oriental é criada em Arusha, Tanzânia, com metas ambiciosas de integração econômica e monetária, além de uma bandeira e passaportes comuns. Seus membros são: Quênia, Tanzânia e Uganda.

Mar/2001: Museveni é reeleito para novo mandato de 5 anos.

Março/2002: Sudão e Uganda assinam acordo para a contenção do grupo rebelde "Lord's Resistance Army" (LRA), ativo na fronteira entre os dois países.

Dez/2004: Governo e rebeldes do LRA iniciam as primeiras conversas, mas não há avanços significativos em direção ao fim da insurgência.

Jul/2005: Parlamento ugandense aprova emenda constitucional que retira os limites constitucionais ao número de reeleições. Em referendo, cidadãos votam pelo retorno do multipartidarismo.

Out/2005: O Tribunal Penal Internacional (TPI) expede mandado de prisão para 5 comandantes do LRA, incluindo seu líder, Joseph Kony..

Dez/2005: A Corte Internacional de Justiça (CIJ) conclui que Uganda deve compensar a R.D. Congo por abusos cometidos no país entre 1998 e 2003.

Fev/2006: Museveni vence as eleições presidenciais multipartidárias com 59% dos votos. Observadores internacionais apontam intimidação do candidato da oposição e atuação tendenciosa da mídia oficial.

Ago/2006: Governo e LRA assinam trégua para pôr fim ao longo conflito. Conversas subsequentes progridem lentamente.

Mar/2007: Tropas de paz de Uganda são enviadas à Somália como parte de missão da União Africana para estabilizar o país.

Fev/2008: Governo e LRA assinam cessar-fogo permanente em negociações de paz ocorridas em Juba (atual Sudão do Sul).

Nov/2008: O líder do LRA, Joseph Kony não comparece à assinatura de um acordo de paz com o governo. Uganda, R.D. Congo e os sudaneses do sul lançam uma ofensiva contra o grupo.

Jan/2009: Empresa britânica Heritage Oil anuncia a descoberta de petróleo em Uganda.

Jun/2010: Ocorre em Campala a Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional.

Jul/2010: Duas bombas explodem em um restaurante e em um clube de Rugby em Campala. 74 pessoas que assistiam à final da Copa do Mundo morrem. O grupo islâmico somali "al-Shabab" assume a autoria do atentado.

Fev/2011: Museveni vence sua quarta eleição presidencial.

Mai/2012: Dezenas de milhares de refugiados congolese cruzam a fronteira, fugindo dos combates na R.D. Congo.

Cronologia das Relações Bilaterais

1970: Brasil estabelece relações diplomáticas com Uganda.

Jun/1984: Visita do Ministro de Cooperação e Comércio de Uganda, Yona Kanyomozi, ao Brasil.

Jun/1992: Presidente ugandense Yoweri Museveni vem ao Brasil para participar da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente.

Jun/2004: Presidente Museveni retorna ao Brasil para participar da XI Conferência da UNCTAD em São Paulo.

Out/2007: Brasil oferece, de comum acordo com o governo queniano, duas vagas a candidatos ugandenses para participar do curso "Kenya Wildfire Service" sobre prevenção e combate de incêndios florestais. O curso foi promovido pela ABC e ministrado pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro.

Out/2008: Missão integrada por especialistas da EMBRAPA e da Rede Interuniversitária de apoio ao Setor Sucro-Alcooleiro (RIDESA) visitou Quênia, Uganda e Ruanda para discutir zoneamento agrícola e produção de etanol baseado em cana-de-açúcar.

Nov/2008: Ministra de Água e Meio Ambiente de Uganda, Maria Mutagamba, participou do Segmento Intergovernamental de Alto Nível da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizado em São Paulo.

Ago/2009: Missão de estudos composta por técnicos da área de energia de Uganda e Ruanda vem ao Brasil para conhecer a experiência do país em biocombustíveis.

Nov/2009: Missão do Comitê de Parlamentar de Assuntos Presidenciais de Uganda visitou o Brasil para conhecer o quadro legal e institucional brasileiro em relação ao tratamento de denunciantes de corrupção.

Mar/2010: Presidente Museveni retorna ao Brasil para participar do V Foro Urbano Mundial, no Rio de Janeiro.

Mai/2010: Ministro da Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Hope Mwesigye compareceu à Reunião de Ministros da Agricultura do Brasil e da África.

Jul/2010: É organizado em Campala o seminário "Pro-Renova" de difusão da tecnologia de biocombustíveis brasileira.

Dez/2010: Diretores do Departamento de África e do Departamento de Organismos Internacionais mantiveram consultas políticas em Campala com seus homólogos ugandenses.

Set/2011: Foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre Brasil e Uganda.

Mar/2012: Foi realizada missão de estudos de alto nível ao Brasil para conhecer as políticas brasileiras de proteção social.

Abr/2012: Às margens da 126ª Assembleia da União Interparlamentar, ocorrida em Campala, o chefe da delegação brasileira, deputado Átila Lins, encontrou-se com a Presidente do Parlamento de Uganda, Rebecca Kadaga.

Jun/2012: Ministra do Meio Ambiente ugandense, Flavia Munaaba, vem ao Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Atos bilaterais

Título	Data Celebração	Vigência
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	29/09/2011	Em ratificação

Dados econômico-comerciais

Uganda - evolução do comércio exterior

Valores em US\$ milhões

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	1.336	1.722	1.509	1.763	2.023
Importações (cif)	3.495	4.526	2.824	3.322	4.192
Saldo comercial	-2.159	-2.804	-1.315	-1.560	-2.170
Intercâmbio comercial	4.831	6.248	4.333	5.085	6.215

BRASIL-UGANDA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL US\$ mil, fob

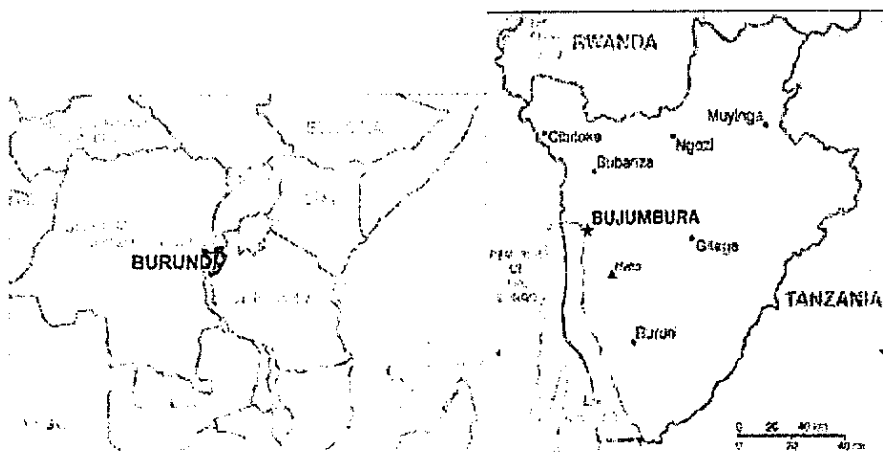
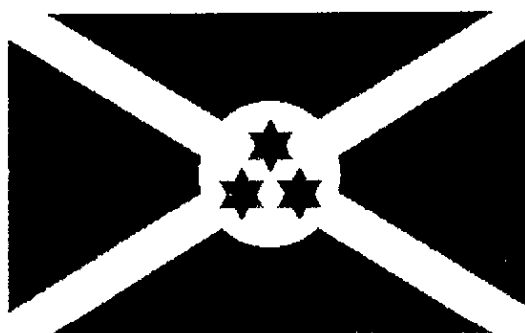
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-jul)	2012 (jan-jul)
Exportações brasileiras	3.291	2.664	3.491	4.894	8.890	4.568	3.621
Varição em relação ao ano anterior	33,5%	-19,1%	31,0%	40,2%	81,7%	100,9%	-20,7%
Importações brasileiras	686	352	90	329	370	361	273
Varição em relação ao ano anterior	8,5%	-48,7%	-74,5%	266,1%	12,7%	66,3%	-24,5%
Intercâmbio Comercial	3.977	3.015	3.580	5.223	9.260	4.929	3.894
Varição em relação ao ano anterior	28,4%	-24,2%	18,7%	45,9%	77,3%	97,9%	-21,0%
Saldo Comercial	2.605	2.312	3.401	4.565	8.519	4.207	3.348

BRASIL-UGANDA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO US\$ mil, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.º	VALOR	PART.º
Básicos	802	9,0%	0	0,0%
Semimanufaturados	2.101	23,6%	119	32,1%
Manufaturados	5.987	67,3%	251	67,9%
Transações especiais	0	0,0%	0	0,0%
Total	8.890	100,0%	370	100,0%

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO BURUNDI



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Agosto de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	2
PERFIS BIOGRÁFICOS	3
PIERRE NKURUNZIZA.....	3
LAURENT KAVAKURE	4
RELAÇÕES BILATERAIS	4
ASSUNTOS CONSULARES	7
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS	7
POLÍTICA INTERNA	7
PODER LEGISLATIVO.....	8
POLÍTICA EXTERNA	9
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	10
ANEXOS	11
CRONOLOGIA HISTÓRICA.....	11
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	13
ATOS BILATERAIS.....	13
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....	14

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Burundi
GENTÍLICO	Burundinês
CAPITAL	Bujumbura
ÁREA	27.834 km² (pouco maior que o Estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (Banco Mundial, 2011)	8,57 milhões (aproximadamente a população do estado de Ceará)
IDIOMAS OFICIAIS	Kirundi e Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (67%); crenças tribais (23%); Islamismo (10%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Senado e Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Pierre Nkurunziza (desde 2005)
CHANCELER	Laurent Kavakure (desde 2012)
PIB (Banco Mundial, 2011)	US\$ 2,32 bilhões (Brasil: US\$ 2,5 tri)
PIB PPP (Banco Mundial, 2011)	US\$ 5,12 bilhões (Brasil: US\$ 2,3 tri)
VARIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial, 2011)	4% (2011); 4% (2010); 3,4% (2009); 4,5% (2008); 3,6% (2007)
PIB per capita (Banco Mundial, 2011)	US\$ 271 (Brasil: US\$ 12.600)
PIB per capita PPP (Banco Mundial, 2011)	US\$ 608 (Brasil: US\$ 11.720)
UNIDADE MONETÁRIA	Franco Burundinês (1.251 por dólar)
IDH	0,316 (185º do ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2011)	50, 4 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	---
ÍNDICE DE DESEMPREGO	---
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Gaudence Sindayigaya (atualmente encarregado de negócios, tem seu agrément em processo de análise)
EMBAIXADOR EM BUJUMBURA	Ana Maria Sampaio Fernandes (residente em Nairóbi)
COMUNIDADE BRASILEIRA	---

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL → BURUNDI	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan-jul)
Intercâmbio	0,153	0,321	0,188	0,169	0,197	0,174	0,205	0,231	0,289
Exportações	0,153	0,321	0,188	0,169	0,197	0,174	0,205	0,229	0,289
Importações	-	-	-	-	-	-	-	0,002	-
Saldo	0,153	0,321	0,188	0,169	0,197	0,174	0,204	0,226	0,289

PERFIS BIOGRÁFICOS

PIERRE NKURUNZIZA **Presidente**

Pierre Nkurunziza nasceu em dezembro de 1963, em Bujumbura. De etnia hutu, seu pai foi morto num massacre que causou a morte de cerca de 100 mil pessoas, em 1972. Graduiu-se na Universidade do Burundi, em 1991. Ensinou Educação Física até 1995, quando novos conflitos civis o obrigaram a deixar a capital.

Durante a guerra civil, lutou pelas Forças pela Defesa da Democracia (FDD). Em 1999, foi gravemente ferido em ação. Em 2001, eleito Presidente das FDD, assinou acordo de cessar-fogo com o governo sediado em Bujumbura. Posteriormente, Nkurunziza veio a integrar o Conselho de Ministros do Governo Transitório.

Foi eleito Presidente do Burundi em 2005, e reeleito em 2010. Atualmente, ocupa também a presidência do Conselho Nacional para a Defesa da Democracia (CNDD-FDD), principal partido político do Burundi.

Entre os mais populares líderes do mundo, Nkurunziza tem 89% da aprovação nacional. Como parte do esforço de pacificar o país e aproximar-se da sociedade, o Presidente burundinês promove programas de participação comunitária que atendem a objetivos como coleta de lixo, construção de escolas ou centros de saúde. Ademais, Nkurunziza tem por hábito visitar diferentes comunas de seu país, ocasiões em que costuma organizar e participar de jogos de futebol com cidadãos locais.

LAURENT KAVAKURE
Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional

Laurent Kavakure nasceu em 5 de janeiro de 1959, na comunidade Tangara, próxima à província Ngozi. De etnia hutu, escreveu dois livros sobre o conflito burundinês (*Le conflit burundais I et II*).

Licenciou-se em História na Universidade do Burundi, em junho de 1982. Após 13 anos exercendo o magistério, foi exilado na Tanzânia, em 1995.

Durante a presidência de Nkurunziza, foi nomeado embaixador em Bruxelas, em 2006, onde foi condecorado com a Ordem da Coroa de Grand-Croix do Rei da Bélgica. Após passar um ano como conselheiro político e diplomático da Presidência, tornou-se o Novo Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, em janeiro de 2012.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Burundi em 1980. Até 1997, atribuía-se à Embaixada do Brasil em Kinshasa (RDC) a representação cumulativa junto a Bujumbura. Nesse ano, a cumulatividade passou para a Embaixada do Brasil em Nairóbi. Até princípios de 2012, a representação do Burundi em Washington encarregava-se das relações com o Governo brasileiro. Em março último, o país abriu Embaixada residente em Brasília, sendo a mais recente de um país africano na capital brasileira.

As relações bilaterais ganharam maior dimensão nos últimos anos, motivadas por encontros entre os Chanceleres dos dois países. As perspectivas de adensamento das relações e de desenvolvimento de

programas de cooperação com o Brasil concorreram para a decisão do Burundi – país em processo de consolidação da paz – de abrir Embaixada residente em Brasília.

Em agosto de 2009, visitou Brasília o então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Burundi, Augustin Nsanze. Durante a visita, a primeira de um Chanceler burundinês ao Brasil, foram realizadas reuniões com representantes da EMBRAPA, do IPEA, da ANA e dos Ministérios da Saúde, Educação e Cidades. Ademais, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica, instrumento que, quando em vigor, poderá servir de marco jurídico para implementação e fortalecimento de programas bilaterais de cooperação.

Brasil e Burundi mantiveram encontros em nível ministerial por duas ocasiões em 2011. Em junho, em encontro à margem da Reunião de alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS, em Nova York, do qual também participou o professor José Graziano da Silva, o Burundi apoiou a candidatura brasileira à Direção-Geral da FAO. Em novembro, por ocasião da Reunião Ministerial da ASA, em Malabo, o Ministro Patriota entrevistou-se com o recém-empossado Ministro Laurent Kavakure, a quem formulou convite para visitar o Brasil.

Avanços e possibilidades de cooperação

Com a estabilização política da região dos Grandes Lagos, o Burundi concentra seus esforços em obter financiamento para o combate à pobreza. O Governo do Burundi tem manifestado interesse em contar com a cooperação brasileira na área agrícola, seja bilateralmente seja mediante triangulação com a FAO.

A cooperação em agricultura é de especial relevância para o desenvolvimento econômico e social do Burundi, país predominantemente agrícola, onde cerca de 90% da população vive em áreas rurais e tem como atividade primária a agricultura. Em recente encontro com o Ministro Patriota, o Chanceler Kavakure reiterou pedido de cooperação específico para as culturas de algodão e frutas, produtos prioritários, e sugeriu avaliar potencial em óleo de palma e cana-de-açúcar. Um novo projeto regional, na área do algodão, está em fase de prospecção e deverá ser negociado pela ABC, ainda no corrente ano, nos moldes do bem sucedido Projeto “Cotton 4”, executado desde 2009.

Em julho de 2009, o Governo brasileiro alocou US\$ 100 mil ao Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), visando à promoção da segurança alimentar do povo burundinês e ao fortalecimento de projetos relacionados à alimentação escolar entre os repatriados burundineses. Cerca de 460 mil cidadãos refugiados dos conflitos internos

no país retornaram ao Burundi entre 2002 e 2008 e, neste ano, já é esperado o retorno de cerca de 20 mil pessoas, devido ao recente fechamento de campo de refugiados na Tanzânia.

Em julho de 2011, o Burundi solicitou sua inclusão no Programa Brasil-FAO para Países Africanos, voltado à disseminação de experiências no campo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto a governos africanos. Além desse pedido, o Brasil atualmente examina incorporar o Burundi em projeto de cooperação trilateral em parceria com a França, bem como no Programa Mais Alimentos África (PMAA), que oferece linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Em outubro de 2011, o Burundi foi incluído entre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autoriza o poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. No que concerne às doações de produtos alimentícios (não pecuniárias), o Governo do Burundi estuda arcar com os custos associados à doação (transporte internacional, armazenagem e distribuição), normalmente dependentes de financiamento pelo PMA.

Em que pese o foco em segurança alimentar e cooperação agrícola, a cooperação entre Brasil e Burundi apresenta também possibilidade de diversificação temática e setorial. Em 2008, representante do Escritório Regional da Embrapa para a África, com sede em Acra, realizou visita a Bujumbura. Esse primeiro contato resultou na elaboração de termo de cooperação sobre produção e beneficiamento de produtos hortícolas e de frutas tropicais. Como o Governo burundinês preza imensamente a cooperação na área esportiva, foi realizada, em julho de 2009, doação de 100 bolas de futebol fabricadas no Brasil para utilização no Programa Segundo Tempo. Sobre energia não-renovável, o Chanceler Kavakure afirmou, durante seu encontro com o Ministro Patriota, que haveria indícios de potencial extração de petróleo no país, faltando, contudo, investimentos em prospecção.

O Burundi apoiou, ademais, a candidatura brasileira à Direção Executiva da Organização Internacional do Café. No âmbito dessa organização, estuda-se lançar projeto de cooperação técnica com vistas à promoção da produção cafeeira no Burundi, o qual seria desenvolvido com apoio brasileiro.

Cooperação no âmbito do fundo IBAS

No grupamento IBAS, tanto o Brasil quanto a África do Sul demonstraram interesse em cooperar com o Burundi. O Brasil identificou o setor de saúde como o de maior potencial. Na reunião da Junta Diretora do

Fundo IBAS, realizada em Nova York, em julho de 2008, foi aprovado o projeto “Fortalecimento da capacidade de combate ao HIV/AIDS e da Infraestrutura do Burundi”. No âmbito desse projeto, que totaliza investimento de US\$ 1,1 milhão, foi inaugurado, em agosto 2012, um centro de saúde para prevenção de HIV/AIDS e tratamento de portadores.

No que tange à capacitação de profissionais de saúde – outro eixo do projeto –, Missão Técnica do Ministério da Luta contra a AIDS do Burundi e da “Society for Women against AIDS in Africa” (SWAA/Burundi) realizou visita de estudos ao Brasil, em abril de 2012, com o objetivo de conhecer de modo abrangente as políticas brasileiras voltadas ao combate do HIV/AIDS.

ASSUNTOS CONSULARES

A Embaixada em Nairóbi é a única representação brasileira no Burundi. Além do território do Burundi, a jurisdição da Embaixada inclui a República do Quênia, a República Ruandesa e a República de Uganda.

O setor consular do posto presta o apoio necessário à comunidade brasileira nos quatro países. Estima-se cerca de 900 brasileiros na jurisdição da Embaixada.

Não há, no momento, registro de tópico consular relevante envolvendo o Brasil e Burundi.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registros de empréstimos ou financiamentos concedidos pelo Brasil ao Burundi.

POLÍTICA INTERNA

Panorama histórico

Desde a sua independência do Reino da Bélgica, em 1962, o Burundi foi palco de 4 guerras civis, motivadas, sobretudo, pelas tensões latentes entre as duas principais etnias do país: tutsis (14%) e hutus (85%).

Apesar de minoria numérica, a etnia tutsi manteve controle do governo central até a década 1990. Deflagrado em 1993 em razão do assassinato do Presidente eleito Melchior Ndadaye (hutu), o mais recente conflito civil no Burundi resultou em cerca de 300 mil mortos e 1,2 milhão de refugiados.

Em 1995, os Presidentes do Burundi, Ruanda, Uganda e do então Zaire (atualmente, República Democrática do Congo) lançaram uma iniciativa regional de negociação da paz no Burundi, coordenada pelo ex-Presidente tanzaniano Julius Nyerere.

Após a morte de Nyerere, em outubro de 1999, os líderes regionais apontaram Nelson Mandela como facilitador do processo de paz, o que permitiu a retomada das negociações entre o governo instituído e as facções de oposição. Como resultado das mediações, foi assinado, em 2000, o Acordo de Paz e Reconciliação de Arusha, que, entre outras medidas, previu o estabelecimento de um Governo Nacional Transitório.

Nessa circunstância, foi possível a realização de eleições livres e democráticas em 2005, que levaram Pierre Nkurunziza, de etnia hutu, à Presidência. Nkurunziza foi eleito sob a sigla de coalizão do Conselho Nacional pela Defesa da Democracia com as Forças pela Defesa da Democracia (CNDD-FDD), sendo estas o antigo braço militar do Conselho.

Em setembro de 2006, o Governo Nkurunziza firmou acordo de cessar-fogo com a facção rebelde Palipehutu-FNL – último grupo de insurgência armada a estabelecer acordo com o Governo central. Nesse contexto, a ONU transformou sua presença no Burundi de manutenção da paz para reconstrução e consolidação da paz.

Conjuntura atual

Em junho de 2010, o Presidente Nkurunziza foi reeleito com quase 92% dos votos válidos. O Presidente foi o único candidato a disputar as eleições, na medida em que seis candidatos se retiraram da corrida presidencial, em protesto a alegadas fraudes que teriam ocorrido nas eleições municipais realizadas em maio. O principal candidato da oposição, Agathon Rwaswa acusou o Governo de perseguição política e refugiou-se na RDC. A desistência dos candidatos de oposição tinha por objetivo dissolver a comissão eleitoral independente e convocar novas eleições.

Observadores internacionais que acompanharam as eleições municipais não confirmaram, no entanto, a ocorrência das fraudes. O boicote ao pleito presidencial não logrou deslegitimar o governo de Nkurunziza ante a comunidade internacional.

PODER LEGISLATIVO

O Poder Legislativo no Burundi é bicameral, composto pelo Senado e pela Assembleia Nacional. O Senado é formado por 54 Senadores, dos quais 34 eleitos por circunscrições regionais por mandatos de cinco anos.

Os 20 restantes são ex-presidentes e líderes de grupos étnicos. A Assembleia Nacional tem um mínimo de 100 deputados eleitos para a legislatura quinquenal, impondo-se quotas de representação étnica e de gênero. Na atual legislatura (2010-15), o partido da situação, o CNDD-FDD, tem ampla maioria, com representação, na Assembleia Nacional, de 81 deputados.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Burundi é fortemente influenciada por seu entorno regional. Na região dos Grandes Lagos, a tensão entre as etnias tutsi e hutu e as ameaças de grupos rebeldes transnacionais trazem importantes condicionantes geopolíticos. Além disso, grande parte da agenda econômica internacional do país está ligada à sua participação na Comunidade da África Oriental (EAC, no acrônimo em inglês).

Com o processo de estabilização do país, cujo marco inicial é 2003, o Burundi transita de alvo de preocupação geopolítica na região para ator comprometido com a solução de conflitos africanos. Ao lado de Uganda, o Burundi é um dos países que mais contribuem com tropas para a Missão da União Africana na Somália (AMISOM). Além dos cerca de 5 mil militares já comissionados para a AMISOM, o Governo burundinês enviou, em novembro de 2010, um contingente adicional de 850 homens. Esse suporte a esforços multilaterais de pacificação tem rendido, em contrapartida, firme apoio dos países africanos e das principais potências ocidentais ao Governo de Pierre Nkurunziza.

O processo de integração à EAC – que inclui, além do Burundi, Uganda, Ruanda, Quênia e Tanzânia – tem sido visto com otimismo pelas autoridades burundinesas. Com o estabelecimento do Mercado Comum, em julho de 2010, há boas perspectivas de ampliação das exportações burundinesas intrabloco e de redução dos custos das importações.

Presença da ONU no Burundi

Com o encerramento do mais recente conflito civil burundinês, em 2003, a Missão da União Africana para o Burundi (AMIB), foi substituída, em 2004, pela Operação das Nações Unidas no Burundi (ONUB). Composta por cerca de 6 mil militares, a ONUB teve como mandato garantir a prestação de assistência humanitária no país, repatriar e reassentar refugiados e monitorar os acordos de cessar-fogo assinados entre o Governo de Bujumbura e os grupos dissidentes – especialmente o Palipehutu-FNL. Em 2007, a ONUB foi desmobilizada e substituída pelo Escritório Integrado das Nações Unidas no Burundi (BINUB), desprovido de contingente militar e voltado primordialmente aos esforços de

consolidação da paz e da democracia no país.

Em janeiro de 2011, o BINUB foi reformulado e teve suas capacidades e orçamento reduzidos, passando a denominar-se Escritório das Nações Unidas no Burundi (BNUB). Concebido como "operação em escala reduzida", o BNUB tem-se concentrado no apoio à construção e reabilitação de escolas, orfanatos e centros de saúde, e à criação de infraestrutura básica, como redes de água e esgoto. Em dezembro de 2011, o CSNU estendeu seu mandato até 15 de fevereiro de 2013.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Burundi é um dos países mais pobres do mundo, ocupando a 185ª posição no ranking de desenvolvimento humano das Nações Unidas, em 2011.

A despeito dos baixos indicadores sociais, o Burundi vem crescendo significativamente. Segundo as últimas estimativas, a economia do Burundi deverá manter o bom desempenho econômico dos últimos anos, refletido na projeção de expansão real de 4,1% do PIB em 2012. O PIB do país deverá situar-se em torno de US\$ 2 bilhões. Espera-se acréscimo de 18,3% nas exportações totais do Burundi, ao passo que se projeta expansão de 6,2% das importações do Burundi em 2012.

A economia do Burundi é predominantemente agrícola: a agricultura de subsistência emprega mais de 90% da população. O crescimento econômico do país vincula-se à produção de café e chá, produtos que representam 78% de sua pauta de exportações. O Burundi também produz, em menores quantidades, algodão, batata e banana.

Atualmente, as importações do Burundi superam em cerca de quatro vezes as suas exportações. Em 2011, as exportações do Burundi somaram US\$ 119,2 milhões, o que representou crescimento de 55,0% em relação a 2010. Os principais mercados de destino para as exportações do Burundi foram Alemanha (15,7% do total); China (10,5%); Suécia (9,5%); Bélgica (9,0%); Paquistão (7,5%). As importações do Burundi somaram US\$ 583,3 milhões em 2011, expansão de 18,3% em relação ao ano de 2010. As principais origens das importações do Burundi foram Arábia Saudita (16,8% do total); Bélgica (8,2%); China (7,5%); Uganda (7,4%); Quênia (6,5%).

O país é altamente dependente das importações de bens de consumo e hidrocarbonetos e acumula constantes déficits na conta corrente do Balanço de Pagamentos. Em virtude dessa dependência, o Burundi sofre impactos negativos com a alta no preço internacional das commodities.

Cerca de 86% da energia consumida no Burundi provém de biomassa (lenha e carvão vegetal). Apenas 1,5% da população tem acesso à

eletricidade, concentrada na capital Bujumbura. Não há registro de produção nem de consumo de gás natural ou de carvão mineral no Burundi.

O Governo burundinês tem buscado ampliar os investimentos em projetos de infraestrutura, de modo a incrementar a produção agrícola e suprir parte das carências da população. Para tanto, as autoridades burundinesas tem recebido o suporte do FMI e de seus parceiros da EAC no gerenciamento da política fiscal e orçamentária do país. Em 2010, o Burundi recebeu em Ajuda Oficial para Desenvolvimento (ODA, no acrônimo em inglês) o correspondente a 31% de seu PNB.

Comércio bilateral

O intercâmbio comercial entre Brasil e Burundi é muito pequeno e constitui-se basicamente das exportações brasileiras. Nos últimos cinco anos, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Burundi teve desempenho positivo, com crescimento de 37%, de US\$ 169 mil, em 2007, para US\$ 231 mil, em 2011. Em 2011, os fluxos comerciais cresceram 12,3% em relação a 2010. O Burundi foi apenas o 212º parceiro comercial do Brasil.

Segundo os dados do ano corrente, todavia, o corrente de comércio cresceu 236,6%, de US\$ 86 mil (jan-jul/2011) para US\$ 289 mil (jan-jul/2012). Os principais produtos exportados pelo Brasil são pneus (para automóveis, ônibus, caminhões e tratores), máquinas, pequenos tratores e acessórios para automóveis.

O resultado da balança comercial do país é estruturalmente deficitário e, pelo menos desde 2001, não há registros de importações brasileiras substantivas do Burundi. Nos últimos cinco anos, as exportações brasileiras para o Burundi tiveram bom desempenho, evoluindo de US\$ 169 mil, em 2007, para US\$ 228 mil, em 2011 – crescimento de 35,5%. Em 2011, as vendas brasileiras cresceram 11,7% em relação a 2010.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1885: Congresso de Berlim, o território do Burundi fica sob domínio Alemão.

1918: Com o fim da I Guerra Mundial, o Burundi é administrado indiretamente pela Bélgica.

1955: Surgimento dos primeiros movimentos nacionalistas.

1959: A Bélgica concede autonomia ao território do Burundi.

1959: Início do acirramento dos conflitos étnicos entre tutsis e hutus.

1961: Realização de eleições legislativas.

1961: Assassinato do Príncipe Rwagasore.

1962: Independência do Burundi ante o Reino da Bélgica.

1962: O Rei Mwambutsa torna-se Chefe de Estado.

1966: O Capitão Michel Micombero depõe Mwambutsa, proclama a República e institui uma ditadura militar.

1976: Golpe militar derruba Capitão Micombero e Jean-Baptiste Bagaza assume a presidência.

1987: Bagaza é deposto em golpe liderado por Pierre Buyoya.

1993: Eleições multipartidárias acabam com governo militar, ascendendo ao poder Melchior Ndadaye (Frobedu), que é assassinado quatro meses depois de eleito.

1994: Parlamento aponta Cyprien Ntaryamira para presidência. Ntaryamira é morto durante atentado ao voo que levava também o presidente de Ruanda. Parlamento aponta para a presidência Sylvestre Ntibantunganya, presidente do Parlamento.

1996: Pierre Buyoya lidera segundo golpe e suspende a Constituição.

1998: Buyoya toma posse como presidente do Burundi com anuência do Parlamento.

1999: Presidente da Tanzânia apoia negociações entre as facções rebeldes burundinesas.

2000: Governo e três grupos tutsi assinam acordo de cessar-fogo.

2001: Principal grupo hutu (FDD) e Presidente Buyoya iniciam negociações para cessar-fogo. Nelson Mandela lidera negociações que levam a instauração de governo de transição onde Tutsis e Hutus compartilharão o poder.

2002: Jean Minani, líder do principal grupo Hutu, eleito presidente do governo de transição.

2003: Domitien Ndayizeya sucede Buyoya como presidente do governo de transição. Ndayizeya e líder do FDD, Pierre Nkurunziza, assinam, em cúpula de líderes africanos na Tanzânia, acordo para terminar a guerra civil. Nkuruzinza e outros membros do FDD são incorporados ao governo do país.

2004: Forças das Nações Unidas tomam a frente do processo de pacificação, antes liderado por tropas da União Africana.

2005: Pierre Nkuruzinza é eleito presidente. Grupo rebelde Hutu, FNL, permanece ativo e recusa negociação de paz.

2006: FNL e o governo assinam cessar-fogo, na Tanzânia.

2007: ONU encerra a missão de paz e focaliza suas operações de reconstrução. República Democrática do Congo, Ruanda e Burundi reavivam a Comunidade Econômica dos Grandes Lagos.

2008: Escalada de tensões e retomada do confronto levam a novo acordo de cessar-fogo.

2009: O Clube de Paris perdoa toda a dívida de Burundi, US\$ 134.3 milhões, com seus membros. O último grupo rebelde hutu, FNL, transforma-se oficialmente em partido político.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1980: Estabelecimento das relações bilaterais.

2007: Participação do Brasil na Mesa Redonda de Bujumbura para o Desenvolvimento do Burundi.

2008: Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto de Desenvolvimento Econômico do Burundi (IDEC).

2008: Apresentação das credenciais da Embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes, ao Presidente Burundinês, Pierre Nkurunziza.

2008: Dr. Paulo Galerani, do Escritório Regional da EMBRAPA em Acra, visita Bujumbura, mantendo encontros com o Ministro da Agricultura do Burundi.

2009: Jogo de equipe brasileira de futebol com a seleção sub-20 local.

2009: Visita oficial do Chanceler do Burundi ao Brasil.

ATOS BILATERAIS

Título	Data Celebração	Vigência
Protocolo de Intenções no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil	28/01/2003	Em vigor
Acordo de Cooperação Técnica	25/08/2009	Em ratificação

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Burundi - evolução do comércio exterior
Valores em US\$ milhões

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	58,8	69,6	82,5	76,9	119,2
Importações (cif)	321,8	409,6	384,4	493,2	583,3
Saldo comercial	-262,9	-340,0	-301,9	-416,3	-464,1
Intercâmbio comercial	380,6	479,2	466,9	570,1	702,5

Elaboração: MINEP/PRM - Dados de comércio exterior, disponibilizados pela Base de Dados do FMI, atualizado até 2012

BRASIL-BURUNDI: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-jul)	2012 (jan-jul)
Exportações brasileiras	169	197	174	205	229	86	289
Varição em relação ao ano anterior	-10,3%	16,5%	-11,5%	17,5%	11,7%	72,0%	236,0%
Importações brasileiras	0,0	0,0	0,0	0,5	2,3	0,003	0,493
Varição em relação ao ano anterior	n.a	n.a	n.a	n.a	379,2%	-99,4%	16333,3%
Intercâmbio Comercial	169	197	174	205	231	86	289
Varição em relação ao ano anterior	-10,3%	16,5%	-11,5%	17,8%	12,6%	17817,3%	236,6%
Saldo Comercial	169	197	174	204	226	86	289

Elaboração: MINEP/PRM - Dados de comércio exterior, disponibilizados pela Base de Dados do FMI, atualizado até 2012

BRASIL-BURUNDI: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO US\$ mil, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	0	0,0%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	229	100,0%	2	100,0%
Transações especiais	0	0,0%	0	0,0%
Total	229	100,0%	2	100,0%

Elaboração: MINEP/PRM - Dados de comércio exterior, disponibilizados pela Base de Dados do FMI, atualizado até 2012

Aviso nº 1.025- C. Civil.

Em 4 de dezembro de 2012.

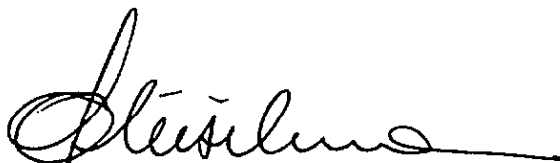
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARCELA MARIA NICODEMOS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda e à República do Burundi.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 08/12/2012.